



MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 008/2025

PROCESSO Nº:	033/2025
INTERESSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAÇU – TO
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO	Dia 09/12/2025 às 09:00hs Horário de Brasília (DF)
OBJETO	O presente pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS, COM VISTAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de referência, Anexo I deste edital.
TIPO DE LICITAÇÃO e FORMA DE JULGAMENTO	PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Menor Preço por Item
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA	Portal BNC- Bolsa Nacional de Compras <a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a>
PREGOEIRO	GENESON DE ASSIS OLIVEIRA – DECRETO Nº 015/2025.
AMPARO LEGAL	Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 Decreto nº 023/2023 e demais legislações pertinentes.
ACESSO AO EDITAL	O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site da Prefeitura, no endereço <a href="https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacoes">https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacoes</a> ou <a href="http://www.bnc.org.br">www.bnc.org.br</a> a partir da data de sua publicação;  Informações adicionais podem ser obtidas junto, ao setor de licitação Licitação, Fone: (63) 3384-2056. E-mail: <a href="mailto:cpl.araguacu@gmail.com">cpl.araguacu@gmail.com</a>
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?	Participação exclusiva de Microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedor individual, para os itens com os valores até <b>R\$ 80.000,00(oitenta mil reais)</b>
MODO DE DISPUTA	ABERTO



## PREÂMBULO

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAÇU-TO**, inscrito no CNPJ nº 12.254.356/0001-30, com sede na Rua Aldenor Lira Gomes, s/n, Centro de Araguaçu-TO, CEP: 77.475-000, representado por seu gestor o **Sr. FRANCISCO RONNIVON ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, RG: 3.812.999 – DRPC-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 830.592.291-04, residente e domiciliado, na Rua 02, nº01, Esquina com Rua 06, Quadra 09, Lote 01, Setor Canaã I, Araguaçu-TO, CEP:77.475-000, através do **Pregoeiro e Equipe de Apoio** designados pelo Decreto 015/2025 e 036/2025, **TORNA PÚBLICO**, aos interessados que, na forma da **Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023** e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação para registros de preços, na modalidade de **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, a fim de selecionar a melhor proposta, obedecendo às condições estatuídas neste Edital.

**INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DIA 27/11/2025 ÀS 07:00 HORAS ATÉ ÀS 07:00 DO DIA 09/12/2025.**

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09/12/2025 ÀS 08:00 HORAS**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 HORAS DO DIA 09/12/2025.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).**

**LOCAL: Portal BNC- Bolsa Nacional de Compras [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).**

## 1 DO OBJETO

**1.1 O presente pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS, COM VISTAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO, conforme quantidades e especificações contidas no Termo de referência, Anexo I deste edital, conforme quantitativo e descrição detalhada do objeto constante no Termo de referência, Anexo I que é parte integrante deste Edital.**

**1.2 A licitação tem 51 itens, sendo que o critério de julgamento adotado será o de menor preço POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.**

**1.3 Havendo divergência entre as especificações descritas neste Edital e as lançadas no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), prevalecerão as do edital.**

## 2 DO VALOR ESTIMADO

**2.1 O valor estimado da contratação é de R\$ 655.227,89 (seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos).**

**2.2 Este valor corresponde a média de 03 (três) orçamentos de cada material, obtidos através de pesquisa em banco de preços públicos, correspondente ao objeto desta licitação, conforme consta no processo administrativo nº 033/2025. Conforme o inciso I a V do art. 23 da Lei 14.133/2021.**



2.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 3. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esclarecimentos Iniciais:

3.1.2. Nesta licitação, será firmada **Ata de Registro de Preços**, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, durante o período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada por igual período, tornando-os disponíveis, caso o **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO** necessite efetuar as aquisições nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

3.1.3. **Órgão gerenciador** - órgão ou entidade da Administração pública, responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;

3.1.4. **Órgão participante** - órgão ou entidade da Administração pública municipal que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços; e

3.1.5. **Órgão não participante** - órgão ou entidade da Administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

3.1.6. **Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total para o item.**

3.1.7. Quando das contratações decorrentes do registro de preços será respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

3.1.8. Não poderão participar, direta ou indiretamente, licitante que mantenham sociedade ou participação com servidor (res) ou dirigente (s) que esteja (m) ligado (s) a qualquer um dos órgãos envolvidos no processo em análise. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

3.1.9. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

### 4 . DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A despesa decorrente da presente licitação correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

**ORGÃO: 13.22.00 – FMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**UNIDADE: 13.22.02 – FMS- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** 1.201-Estruturação/Requalificação De Ubs- Unidade Básica De Saúde, 2.051- Manutenção Da Secretaria Municipal De Saúde e 2.199-Promoção Da Assistência Farmacêutica BÁSICA.

**ELEMENTOS DE DESPESA:** 4.4.90.52.00.

**FICHAS:** 481, 1158 e 1161 .

FONTES: 1.500.1002.000000 ASPS e 1.600.0000.000000 CUSTÉIO

## 5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO

**5.1** O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 03/2018

**5.2** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados.

**5.3** O cadastro deverá ser feito na Bolsa Nacional de Compras, no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br), por meio de cadastro feito através de Adesão do sistema Conforme Anexo I .

**5.4** O credenciamento junto a provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal ea presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**5.5** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**5.6** As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**5.7** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**5.8** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**5.9** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

**5.10** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.11** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



**5.12** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**5.13** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.14** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

Os licitantes deverão estar devidamente cadastrados no sistema BNC - [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

**6.1 Poderão participar** deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

**6.2 Não poderão** participar desta licitação os interessados:

**6.2.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**6.2.2** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**6.2.3** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de **5% (cinco por cento)** do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**6.2.4** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**6.2.5** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**6.2.6** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**6.2.7** pessoa física ou jurídica que, nos **5 (cinco) anos anteriores** à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**6.2.8** agente público do órgão ou entidade licitante;

**6.2.9** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;



**MOTIVO DA VEDAÇÃO** : Consórcios são coligações despersonalizadas de empresas constituídas, pela via contratual, com vistas a executar determinado empreendimento em conjunto, conforme a disciplina jurídica dos artigos 278 e 279 da Lei 6.404/76. O instituto calca-se na autonomia recíproca dos que se associam para a persecução de um objetivo empresarial comum que, muito provavelmente, não seria alcançado somente com a capacidade individual de cada consorciado, seja por razões de ordem técnica, seja por motivos econômico-financeiros.

O art. 15 da Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, tem como regra geral a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema, no entanto, a Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

Algumas demandas, públicas ou privadas, por sua dilatada magnitude ou elevada complexidade, só logram ser satisfeitas através dessa ferramenta societária. Contudo, como pretendemos expor adiante, a depender das circunstâncias e de suas implicações, recomenda-se tal permissão para objeto complexo, vultoso, que exija alta complexidade técnica ou econômico-financeiro. ora pode tornar-se impositiva, ora pode ser completamente suprimida.

A discricionariedade administrativa, como se sabe, consiste na *“margem de escolha deixada pela lei ao juízo do administrador público para que, na busca da realização dos objetivos legais, opte, entre as opções juridicamente legítimas, pela medida que, naquela realidade concreta, entender mais conveniente”* (ARAGÃO, 2013, p. 161).“

O renomado Jurista Marçal Justen Filho alerta que a discricionariedade em voga:

*“...evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. Como toda decisão exercitada em virtude de competência discricionária, admite-se o controle relativamente à compatibilidade entre os motivos e a realidade e no tocante à adequação proporcional entre os meios e os resultados pretendidos.”*

O serviço a que se pretende neste certame não é necessário ser realizado em diversas etapas diferentes e executados por diversas empresas, o que encarecerá o contrato, sendo totalmente desnecessário e desarrazoado.

Portanto, não se trata de serviços de diversas variações, complexo, vultoso e, que, poderá ser desenvolvido por uma única empresa, inexistindo a existência de variáveis ramos distintos inclusive, tem-se que o ordenamento jurídico brasileiro e o seu conjunto de princípios informadores impõem a admissão de consórcios em grandes ou heteróclitas licitações – sob pena de restar asfixiado o princípio da competitividade e, em algumas circunstâncias, a própria licitação acabar convertida em procedimento inidôneo e ineficaz, o que não ocorre no presente caso.



A jurisprudência do Tribunal de Contas da União, já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada.

Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes.

Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa. (TCU, Acórdão 2.831, Plenário, Rel. Min. Ana Arraes e Acórdão 1636/2007 - Plenário).

**Portanto, trata-se o objeto de pequena monta, sendo que, o próprio objeto do certame, por si só justifica a vedação, não se tratando de objeto de alta complexidade ou vulto.** Em outras palavras, a autorização para a participação de empresa em consórcio, afigura-se como regra quando a licitação apresentar vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes, o que não ocorre no presente caso.

Diante do exposto e considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto;

Considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital.

E, considerando ainda, que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão dos serviços, **entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela.**

E, considerando ainda, que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades de gestão dos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no certame em tela.

**6.2.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**6.2.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.3** O impedimento de que trata o item **6.2.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**6.4** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **6.2.2 e 6.2.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



- 6.5** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 6.6** O disposto nos itens **6.2.2 e 6.2.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 6.7** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 6.8** A vedação de que trata o item **6.2.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 6.9** Empresas cujos proprietários e ou/ sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos nos art. 29, inciso IX c/c e art. 54, I, “a” e II, “a”, da Constituição Federal.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 7.1.** Encerrado o julgamento das propostas, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, **o qual terá o tempo máximo de 02 (duas) horas para anexar no sistema (art. 63, II da Lei 14.133/2021).**
- 7.1.1** O licitante, caso opte, poderá anexar toda a documentação de habilitação antes da sessão pública, diretamente na plataforma **do Pregão Eletrônico (<https://bnccompras.com>)**, e neste caso, **o pregoeiro**, verificando a juntada dos documentos, poderá dispensar o prazo previsto no **item 7.1**, ficando neste caso vedada a inclusão posterior de documento, caso opte por anexá-los antes da sessão pública, em atenção ao **art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- 7.1.2** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item **11.1** deste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro (a) poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades** emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.
- 7.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos para a confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, ou, ainda, de envio de documentos não juntados, mas que comprovem que na data da apresentação da proposta o licitante atendia às condições de aceitabilidade da proposta e de habilitação, o licitante será convocado a encaminhá-los, via sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação, prazo durante o qual a sessão não será suspensa.
- 7.4.** Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação precisa de dados capazes de qualificar inequivocamente o licitante.
- 7.5** **A licitante deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES abaixo relacionadas, além das demais descritas no item 23.12.1 a 23.12.15:**



- 7.5.1** Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. **42 a 49**, observados os dispostos nos **§§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021**;
- 7.5.2** Declaração de elaboração independente de proposta.
- 7.5.3** Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.5.4** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 7.5.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6** A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 7.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.8** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 7.9** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 7.10** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.11** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 7.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.12.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- 7.12.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.13.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



**7.13.2** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**7.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**7.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**7.17** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.18** Os licitantes não poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.19** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**7.20** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.21** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.22** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**8.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**8.1.1** valor unitario do item;

**8.1.2** Marca, se for o caso;

**8.1.3** Fabricante, se for o caso;

**8.1.4** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência; (Anexo I)**

**8.1.5** O licitante deverá apresentar quando de sua proposta, demonstrativo dos benefícios

**8.1.6** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



- 8.2** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 8.3** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.8** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.9** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item **8.8**.
- 8.10** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 9.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, no sítio [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).
- 9.2** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas na Planilha Orçamentaria.
- 9.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante. Isso significa que o licitante desatento que colocar a identificação de sua empresa na proposta cadastrada de preenchimento de campos no sistema eletrônico **será sim desclassificado de pronto**. Entretanto,



**no anexo da proposta, se o licitante se identificar, não deve ser desclassificado**, pois apesar de ter enviado o anexo antes da sessão, esse anexo ficou sigiloso e só veio à tona após a etapa finalizada de competição.

**9.2.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**9.2.3** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.2.4** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**9.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.5.1** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

**9.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**9.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser pelo menos **1% (um por cento)**.

**9.9** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte **(20) segundos** e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a **três (3) segundos**, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**9.10** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.10.1** A etapa de lances da sessão pública terá **duração inicial de 10 (dez) minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará **aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 02 (dois) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances**.

**9.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**9.13** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**9.13.1** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**9.14** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**9.15** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.16** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.17** No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva do Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**9.18** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o **Pregoeiro** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo **Pregoeiro** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**9.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.

**9.21** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**9.21.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de **até 5% (cinco por cento)** acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**9.21.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**9.21.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de **5% (cinco por cento)** na forma do que dispõe o §1º do art. 44 da Lei Federal nº 123/2006, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**9.21.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9.22** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



**9.23** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**9.23.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**9.23.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**9.23.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**9.23.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**9.23.5** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**9.23.5.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**9.23.5.2** empresas brasileiras

**9.23.5.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País

**9.23.5.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**9.24** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**9.24.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**9.24.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.25** O **Pregoeiro** solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.25.1** É facultado ao **Pregoeiro** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.26** Após a negociação do preço, o **Pregoeiro** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**9.27** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**9.28** Havendo necessidade, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



**9.29** O **Pregoeiro** poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**9.29.1** Também nas hipóteses em que o **Pregoeiro** não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**9.30** Nos itens não exclusivos para a participação de empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o **Pregoeiro** passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**9.31** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o **Pregoeiro** verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10. DA FASE DE JULGAMENTO

**10.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **6.2** o edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**10.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**10.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**10.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**10.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**10.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**10.4** Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**10.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**10.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em



seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**10.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**10.7.1** contiver vícios insanáveis;

**10.7.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**10.7.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**10.7.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**10.7.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**10.7.6** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, na forma do que dispõe o §4º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**10.7.7** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**10.7.7.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**10.7.7.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**10.8** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**10.8.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**10.8.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, nos termos do art. 59, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.8.3** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta **for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**10.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**10.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**10.11.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**10.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**10.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.13** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**10.14** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**10.15** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**10.16** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**10.17** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**10.18** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

**10.19** O **Pregoeiro** poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo **de 02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.20** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **Pregoeiro** por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Pregoeiro**.

**10.21** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10.22 DA GARANTIA DA PROPOSTA**

**10.22.1** Será exigida dos licitantes garantia de **1% (um por cento)** do valor estimado da contratação, na forma do que permite o §1º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

**10.22.2** A garantia da proposta será devolvida no prazo de 10(dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, na forma do que permite o §2º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

**10.22.3** A garantia de que trata o item **10.22** poderá ser prestada nas modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;



II - seguro-Garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

**10.22.4 A garantia da proposta deve ser apresentada até o prazo final de envio das propostas, ou seja, junto com o envio da proposta eletrônica no sistema, como requisito de pré-habilitação, na forma que dispõe o caput do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.**

10.22.5 A modalidade de garantia caução em dinheiro, prevista no inciso I do item **10.22.3 deverá ser efetuada por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais (DARE), emitido pela Coletoria Municipal de Araguaçu-TO.** A emissão do referido documento poderá ser **solicitada diretamente junto ao setor responsável, pelo telefone (63) 99294-8709**, para fins de regularização e comprovação do recolhimento da garantia exigida.

## 11– DA FASE DE HABILITAÇÃO

**11.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**11.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**11.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas..

**11.3** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticadas pelo cartório, poderá ser autenticada por servidor do Setor de Licitações deste município, como também podem ser autenticadas de forma eletrônica, desde que seja possível verificar sua autenticidade.

**11.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**11.5** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**11.7** Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**11.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

**11.7** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**11.7.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**11.8** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**11.8.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**11.9** A verificação pelo **Pregoeiro**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**11.10** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do **Pregoeiro**.

**11.11** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.12** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**11.12.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**11.12.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**11.12.3** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**11.12.4** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**11.12.5** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**11.12.6** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante



decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.12.7** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

**11.12.8** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**11.12.9** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**11.13** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**11.13.1** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

**11.13.2** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.13.3** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.13.4** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.14** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.15 Habilitação jurídica:**

**11.15.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.15.2** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: [www.portalempreendedor.gov.br](http://www.portalempreendedor.gov.br).

**11.15.3** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**11.15.4** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



**11.15.5** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**11.15.6** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**11.15.7** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**11.15.8** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**11.16 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**11.16.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**11.16.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**11.16.3** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.16.4** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**11.16.5** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.16.7** prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**11.17 Qualificação Econômico-Financeira:**

**1.17.1** Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, na forma exigida no inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 ou Certidão de Distribuição Ações e Execuções Cíveis, Criminais e Justiça Militar conforme Resolução nº 20 de 02 de outubro de 2014 do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), para empresas sediadas no Estado do Tocantins, expedida pelo endereço [www.tjto.jus.com.br](http://www.tjto.jus.com.br) e nos casos que couber na medida da lei, ambas as certidões com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão.

a) As empresas que apresentarem certidão positiva de RECUPERAÇÃO JUDICIAL poderão participar desta licitação;

b) O fato de o licitante encontrar-se em situação de Recuperação Judicial não o exime de comprovar sua qualificação econômico-financeira, pela apresentação de índices ou comprovação



de Capital Social/Patrimônio Líquido mínimo, na forma exigida neste **instrumento**.

**11.17.2** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**11.17.2.1 – No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral)** deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

**11.17.2.2** - Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

**11.17.2.3 - As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente ao último exercício social exigível, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

**11.17.2.4 – O MEI (Micro Empreendedor Individual)** para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

**11.17.2.5 – As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses**, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

**11.17.2.6** - Os documentos referidos item **11.17.1** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**11.17.2.7** A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativo ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência (S) maior ou igual a um ( $\geq$  a 1.)

#### **11.18- Qualificação Técnica**

**11.18.1** No mínimo 1(um) atestado (s) emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante prestou ou esteja prestando serviços com características pertinentes e compatíveis com objeto licitado.

**11.18.2** O(s) atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em folha timbrada e conter o CNPJ, nome, cargo, assinatura do responsável pela informação e carimbo da empresa. No atestado deve constar também se foram cumpridos os prazos de execução, e a qualidade do mesmo, sem fatos que desabonem sua conduta, além de estar assinado e datado.

**11.19** Em havendo necessidade de realização de diligência, o licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade dos atestados apresentados, tais como: cópias de nota fiscal e/ou nota de empenho e/ou do termo de contrato que deram suporte à contratação.



a) Não é obrigatório para fins de habilitação técnico-profissional, a exigência de que o responsável técnico pelo serviço pertença ao quadro permanente de funcionários da licitante, bastando a declaração escrita e assinada pelo profissional de que se compromete a ser o futuro responsável técnico pela execução do contrato, no caso de a empresa ser vencedora do certame;

**11.20** - As fotocópias deverão vir autenticadas pelo cartório, poderá ser autenticada por servidor do Setor de Licitações deste município, como também podem ser autenticadas de forma eletrônica, desde que seja possível verificar sua autenticidade, antes do início do certame.

a)- A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item **7.19** que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item **11.16** deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, a contar da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

b)O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

c)- Ocorrendo a situação prevista, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

d)- Os benefícios de que tratam o edital não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

e) A não regularização da documentação, nos prazos fixados, implicará na inabilitação do licitante.

**11.21** Além da documentação acima, na fase de habilitação, o licitante deverá apresentar as seguintes declarações abaixo relacionadas:

**11.21.1** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**11.21.2** inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**11.21.3** não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**11.21.4** declaração que não emprega menor de idade.

**11.21.5** declaração de idoneidade;

**11.21.6** declaração de que não integra, no quadro funcional empregado público.

## **12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**12.1** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do **Pregoeiro** no sistema eletrônico e deverá:

**12.2** ser redigida em língua portuguesa, digitada em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo



licitante ou seu representante legal.

**12.3** Adotar como o modelo de proposta o **anexo II** do presente edital.

**12.4** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**12.4.1** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**12.5** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário e o valor global em algarismos e por extenso.

**12.5.1** Ocorrendo divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**12.6** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**12.7** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**12.8** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na plataforma do sistema comprasnet, após a homologação.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**13.2.1** Havendo quem se manifeste, caberá ao **Pregoeiro** verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

**13.2.2** Nesse momento o **Pregoeiro** não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.2.3** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**13.2.4** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da lavratura da ata, para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico.

**13.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**13.3.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



**13.3.2** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**13.3.3** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**13.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**13.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**13.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.8** Caberá pedido de **reconsideração**, antes da propositura do recurso, na forma que dispõe o inciso II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.9** O pedido de reconsideração, ou a interposição de recurso da decisão que julgar as propostas ou que resolver sobre a habilitação dos licitantes terão efeito suspensivo na forma do que dispõe o art. 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.11** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.12** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital, paratanto, a solicitação deverá ser encaminhada por e-mail à [cpl.araguacu@gmail.com](mailto:cpl.araguacu@gmail.com).

## 14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**14.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam.

**14.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**14.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**14.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema BNC sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



## 15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**15.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior** para **adjudicar** o objeto à empresa vencedora e **homologar** a licitação, conforme dispõe o inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

**16.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**16.1** A celebração de Termo de Contrato ou instrumento equivalente a que se refere o item anterior deverá ocorrer por intermédio de assinatura digital, considerando a agilidade do processo, e prazos a serem cumpridos..

**16.2** O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.3** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**16.4** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**16.4.1** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**16.4.2** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**16.5** Caso o contratante opte na formalização do contrato, esse terá o prazo de vigência **de 12 meses**, prorrogáveis, por igual período, até 120 (meses), contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 106 e art 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.6** Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**16.7** Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**16.8** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinado contrato.



**16.9 Celebração frustrada** - Se o licitante vencedor convocado, dentro da validade de sua proposta, não comparecer para assinar o termo de contrato, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste edital será facultada à administração pública, na forma do que dispõe o §2º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou documento equivalente nas condições propostas pelo licitante vencedor.

## **17. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**17.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**17.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**17.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**17.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**17.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1** Considerar-se-á executado, definitivamente, objeto da licitação, após a verificação da conformidade com as especificações requeridas no edital, realizada pelo servidor designado como fiscal do contrato, decorrente do procedimento licitatório.

**18.2** Caso seja identificadas irregularidades nos objetos ofertados provisoriamente, a empresa responsável será notificada, para soluções serem tomadas, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, sem qualquer ônus para o **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO**.

**18.3** Após a verificação, através de comunicação oficial do responsável pela fiscalização do objeto, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para execução.

**18.4** O Responsável pelo acompanhamento do Contrato indicado pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**.

**18.5** O prazo de execução do contrato é de 12 meses, prorrogável na forma da lei.

## **18.6 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**18.6.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**18.6.2** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**18.6.3** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**18.6.4** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**18.6.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**18.6.6** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

**18.6.7** O fiscal do contrato nomeado pelo Fundo Municipal de Saúde e Araguaçu-TO será: **A servidora Sra. MARILENE BEZERRA DE ARAUJO – (FMS), nomeada sob decreto 020/2025.**

## **18.6 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**18.6.1** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**18.6.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## **18.7 GESTOR DO CONTRATO**

**18.7.1** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**18.7.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando,



se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**18.7.3** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**18.7.4** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**18.7.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**18.7.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**18.7.7** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**18.7.8** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**18.7.9** O contratado deverá manter preposto aceito pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO** no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**18.7.10** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

**18.7.11** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**18.7.12** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**18.7.19** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

**18.7.20** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO** a responsabilidade



pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**18.7.21** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)

**18.7.22** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**18.7.23** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**18.7.24** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**18.7.25** O gestor do contrato, responsável pela entrega definitiva do objeto será a Sra. Valdete Cardozo dos Santos , designada através da portaria nº 020/2025.

## 19 - DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO

**19.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

**19.2** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**19.2.1** não produzir os resultados acordados,

**19.2.2** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**19.2.3** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## DO RECEBIMENTO

**19.3** O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

**19.3.1** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**19.3.2** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022)



**19.3.3 O fiscal administrativo** do contrato realizará o **recebimento provisório** do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

**19.3.4** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**19.3.5** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**19.3.6** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**19.3.7** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**19.3.8** A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no **Recebimento Provisório**. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**19.3.9** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**19.4** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**19.5 O objeto será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**19.5.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**19.5.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**19.5.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



**19.5.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**19.5.5** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**19.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**19.7** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**19.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **DA LIQUIDAÇÃO**

**19.9** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**19.9.1** O prazo de que trata o item anterior **poderá ser reduzido à metade**, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**19.10** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**19.12** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**19.13** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**19.14** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**19.15** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**19.16** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**19.17** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**19.18.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **PRAZO DE PAGAMENTO**

**19.19** O pagamento será efetuado no prazo máximo de **até 30 (trinta) dias do “Atesto”** da Nota Fiscal pelo gestor do Contrato.

#### **FORMA DE PAGAMENTO**

**19.21** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**19.22** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**19.23** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**19.23.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**19.24** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**20.1** As obrigações do contratante e das contratadas são as estabelecidas **na minuta do**



contrato.

**20.2. Não é admitida a subcontratação do objeto** contratual, conforme também informado no contrato.

## **21.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**21.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**21.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 4.133/2021).

d) **Multa:**

I. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

II. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **21.1** de 8% a 10% do valor do Contrato ou documento equivalente;

III. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **21.1**, de 10% a 15% do valor do Contrato.

**21.3** Para infração descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem **21.1**, a multa será de 5% a 8% do valor do Contrato.

**21.4** A aplicação das sanções previstas no contrato ou outro instrumento equivalente não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**21.5** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156,



§7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**21.6** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**21.7** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**21.8** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**21.9** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**21.10** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**21.11** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**21.12** O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**21.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**21.14** Os débitos do contratado para com o **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu - TO** contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa



SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**21.15** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis eis, contado da data de sua intimação.**

**21.16** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**21.17.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.18** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**22.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

**22.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**22.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelos seguintes meios: por petição dirigida ou protocolada na sede da Prefeitura Municipal de Araguaçu -TO localizada na Praça Raul de Jesus Lima, nº 08, Centro, CEP: 77475-000, ou pelo e-mail: [cpl.araguacu@gmail.com](mailto:cpl.araguacu@gmail.com) ou através da plataforma Portal BNC- Bolsa Nacional de Compras [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).**

**22.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de licitação.

**22.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**22.7** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e **o Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO.**

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1** Da sessão pública do **Pregão** divulgar-se-á a Ata no sistema eletrônico.

**23.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

**23.3** Todas as referências de horário no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão



o horário de Brasília – DF.

**23.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substanciadas propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO**, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**.

**23.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.10** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.11** O edital está disponibilizado na íntegra no site da Prefeitura Municipal de Araguaçu - TO <https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacoes> e no Portal - Bolsa Nacional de Compras- BNC [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br).

**23.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**23.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**23.12.2 ANEXO II – MODELO PROPOSTA ;**

**23.12.3 ANEXO III- MODELO DE DECLARAÇÃO ME, EPP;**

**23.12.4 ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;**

**23.12.5 ANEXO V- DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL;**

**23.12.6 ANEXO VI- DECLARAÇÃO QUE CUMPRE OS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO;**

**23.12.7 ANEXO VII -DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL;**

**23.12.8 ANEXO VIII- DECLARAÇÃO INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS;**

**23.12.9 ANEXO IX – DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO;**

**23.12.10 ANEXO X - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR;**

**23.12.11 ANEXO XI - DECLARAÇÃO DE INDONEIDADE**

**23.12.12 ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA NOSSO CORPO SOCIAL, NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO**



Governo Municipal de  
**ARAGUAÇU-TO**  
*A cidade da oportunidade*

Secretaria Municipal  
**DA SAÚDE**

**DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;**

**23.12.13 ANEXO XIII – MINUTA CONTRATO**

**23.12.14 ANEXO XIV- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ARAGUAÇU –TO, 24 de dezembro de 2025.**

**FRANCISCO RONNIVON ALVES DA SILVA**  
**Gestor do Fundo Municipal de Saúde Araguaçu -TO**



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO E PRAZO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII “a” da Lei n. 14.133/2021**

**1.1 O presente pregão tem por objeto, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS, COM VISTAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO**

**1.2** O objeto é o descritivo no item 3 deste termo de referência.

**1.3** Os quantitativos estimados para esta contratação foram definidos com base na necessidade real do Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO, considerando o levantamento técnico realizado junto às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e demais locais de atendimento. A estimativa levou em conta:

- **Vistoria técnica realizada em 15/04/2025** pelo Conselho Regional de Medicina do Tocantins (CRM-TO), que identificou a ausência de conforto térmico nas recepções de diversas UBS, devido à inexistência ou inadequação dos aparelhos de ar-condicionado;
- **Avaliação técnica de informática**, que constatou o mau funcionamento de equipamentos de TI, como computadores lentos e travando, prejudicando a eficiência administrativa e o atendimento ao público;
- **Avaliação técnica de refrigeração**, que identificou aparelhos com capacidade térmica insuficiente para o volume e tipo de uso nos ambientes de atendimento e administrativos;
- **Necessidades identificadas em visitas técnicas** realizadas nas seguintes unidades: Secretaria Municipal de Saúde, UBS Pedro Tavares Sobrinho, UBS José Cândido Gomes, UBS Cândida Martins Tavares, Ponto de Atendimento Itinerante de Baianópolis, Ponto de Atendimento Itinerante de Marilândia, Farmácia Irani Pereira Nunes e Funasa;
- **Apoio a campanhas e ações de saúde pública** realizadas ao longo do ano, como o janeiro Branco, outubro Rosa, novembro Azul, entre outras.

**1.4 – Se optar por contrato o mesmo terá validade de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado na forma da lei.**

**2 – JUSTIFICATIVA/FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII “b” da Lei n. 14.133/2021.**

**2.1 Fundamentação da contratação**

**2.1.1** A realização do processo licitatório para o registro de preços, visando à futura contratação de empresa para fornecimento de **materiais permanentes**, justifica-se pelo interesse público de atender de forma contínua e eficiente às demandas do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO**.



**2.1.2** A necessidade da futura contratação depreende-se da competência do Fundo Municipal de Saúde em assegurar o funcionamento e a continuidade dos serviços prestados na rede municipal de saúde. Neste contexto, justifica-se a contratação de empresa para o **fornecimento de materiais permanentes**, uma vez que tais materiais são fundamentais para garantir a infraestrutura física, administrativa e operacional das unidades de saúde, incluindo salas de recepção, consultórios, depósitos e setores administrativos, assegurando condições adequadas para o atendimento à população usuária do SUS.

A **Constituição Federal de 1988**, em seu artigo 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. As ações e serviços públicos de saúde obedecem aos princípios da:

- (I) **Universalidade** de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência;
- (II) **Integralidade** da assistência, abrangendo todos os níveis de complexidade do sistema;
- (III) **Igualdade** da assistência à saúde, mediante conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados e dos Municípios.

Dessa forma, a contratação pretendida é medida necessária para garantir o adequado suporte às atividades da saúde pública municipal, promovendo **maior eficiência administrativa** e melhor qualidade no atendimento aos usuários do SUS no município de Araguaçu-TO.

**2.1.3** Para atender às diretrizes do SUS, o Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO promoveu incremento qualitativo e quantitativo nos serviços de saúde, por meio da **adequação das unidades e infraestrutura física e administrativa**. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade da contratação de empresa para o **fornecimento de materiais permanentes**, garantindo condições adequadas de funcionamento das UBS, recepções, pontos de atendimento itinerantes, farmácias e demais unidades vinculadas ao município.

O respaldo legal para tal contratação encontra-se na **Constituição Federal de 1988**, especialmente nos artigos:

- **Art. 196:** “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”
- **Art. 197:** “São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”

Dessa forma, a contratação de **materiais permanentes** se alinha com os princípios constitucionais e operacionais do SUS, contribuindo com a **organização dos serviços** e o **fortalecimento das ações de saúde pública** no município de Araguaçu-TO.

**2.1.4** Justifica-se, portanto, o presente Termo de Referência para a **Contratação De Empresa Para Fornecimento De Materiais Permanentes**, garantindo a continuidade do atendimento assistencial e o provimento de condições adequadas para a prestação dos serviços de saúde.

**2.1.5** As quantidades estimadas são referenciais, não obrigando a Administração à aquisição total, podendo ser ajustadas conforme a necessidade real.

## **2.2 Justificativa para Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)**

**2.2.1** Conforme análise técnica contida no Estudo Técnico Preliminar (ETP), optou-se pela adoção do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** como a forma mais eficaz e vantajosa de contratação para este objeto.

**2.2.2 Flexibilidade na gestão da demanda:** o SRP permite que a contratação dos materiais permanentes ocorra conforme a real necessidade da **Secretaria Municipal de Saúde**, respeitando a dinâmica de utilização das unidades, evitando a ociosidade de recursos e otimizando a entrega conforme a demanda efetiva.

**2.2.3 Eficiência operacional e continuidade:** a contratação sob demanda assegura a entrega de materiais de forma regular e planejada, atendendo às necessidades de reposição em caso de **desgaste, falhas ou danos**, garantindo a continuidade do suporte às atividades administrativas e assistenciais.

**2.2.4 Maior competitividade e vantajosidade econômica:** o SRP estimula a ampla participação de empresas, inclusive regionais, ampliando a concorrência e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

**2.2.5 Otimização da gestão orçamentária:** a contratação por meio de SRP permite o pagamento apenas pelos materiais efetivamente entregues, evitando compromissos financeiros antecipados e favorecendo o controle fiscal e orçamentário do Fundo Municipal de Saúde.

**2.2.6 Aderência aos princípios da Lei nº 14.133/2021:** a adoção do SRP está plenamente alinhada aos princípios da **economicidade, planejamento, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa**, conforme previstos na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**2.2.7** Dessa forma, a adoção do **Sistema de Registro de Preços** está plenamente justificada, sendo a solução mais adequada para assegurar a **fornecimento contínuo, técnico e economicamente eficiente dos materiais permanentes**, conforme a demanda da Administração.



**3 – EXPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE DO OBJETO ( art. 6º, XXIII “i” da Lei n. 14.133/2021)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL OU SERVIÇO	UNID.	QUAN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>CPU COMPLETO, MONITOR 19”</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> PROCESSADOR: MÍNIMO DE 4 NÚCLEOS E FREQUÊNCIA BASE DE 2.4 GHZ OU SUPERIOR, ADEQUADO PARA OPERAÇÕES MULTITAREFA E SOFTWARES EXIGENTES. MEMÓRIA RAM: 8 GB DO TIPO DDR3, COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 1600 MHZ, PARA GARANTIR AGILIDADE NO DESEMPENHO DE MÚLTIPLAS TAREFAS SIMULTÂNEAS. ARMAZENAMENTO: SSD DE 240 GB OU SUPERIOR, PARA GARANTIR RAPIDEZ NO CARREGAMENTO DO SISTEMA OPERACIONAL E NA EXECUÇÃO DE APLICATIVOS. MONITOR: TELA DE 19 POLEGADAS COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1366 X 768 PIXELS, PROPORCIONANDO BOA QUALIDADE VISUAL E CONFORTO PARA USO PROLONGADO. CONECTIVIDADE: O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR PORTAS USB 3.0, SAÍDA HDMI OU VGA, E REDE ETHERNET, GARANTINDO FLEXIBILIDADE E COMPATIBILIDADE COM DISPOSITIVOS PERIFÉRICOS E REDE. SISTEMA OPERACIONAL: EQUIPADO COM SISTEMA OPERACIONAL LICENCIADO, ADEQUADO PARA USO CORPORATIVO E PRODUTIVIDADE.</p>	UND	10	R\$ 2.697,83	R\$ 26.978,30 Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
2	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM SCANNER E IMPRESSÃO FRENTE E VERSO (DUPLEX).</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> FUNÇÃO: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM FUNÇÃO DE IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO (SCANNER), COM SUPORTE PARA IMPRESSÃO FRENTE E VERSO (DUPLEX). TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER MONOCROMÁTICA, GARANTINDO ALTA QUALIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO, IDEAL PARA AMBIENTES DE ESCRITÓRIO. CONECTIVIDADE: WIRELESS (WI-FI), PERMITINDO A IMPRESSÃO SEM FIO A PARTIR DE DIFERENTES DISPOSITIVOS, COMO COMPUTADORES, SMARTPHONES E TABLETS. CAPACIDADE DE ALIMENTAÇÃO DE PAPEL: CAPACIDADE MÍNIMA DE 250 FOLHAS PARA A</p>	UND	07	R\$ 3.499,66	R\$ 24.497,62 Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	BANDEJA DE ENTRADA, ADEQUADA PARA VOLUMES MODERADOS DE IMPRESSÃO. <b>VISOR:</b> EQUIPAMENTO COM <b>VISOR LCD</b> , PARA FÁCIL OPERAÇÃO E NAVEGAÇÃO PELAS FUNÇÕES DA IMPRESSORA. <b>DIMENSÕES E TAMANHO: TAMANHO GRANDE</b> , PROJETADA PARA AMBIENTES QUE EXIGEM ALTA CAPACIDADE DE IMPRESSÃO E DESEMPENHO CONTÍNUO. <b>VOLTAGEM: 220V</b> , COMPATÍVEL COM AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO.				
3	IMPRESSORA MONOCROMÁTICA COM <b>FUNÇÃO ÚNICA DE IMPRESSÃO EM PRETO E BRANCO</b> .  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO:</b> IMPRESSORA <b>LASER MONOCROMÁTICA</b> , PROJETADA PARA GARANTIR <b>ALTA QUALIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO</b> , IDEAL PARA DOCUMENTOS DE TEXTO E GRÁFICOS SIMPLES. <b>CONECTIVIDADE:</b> EQUIPAMENTO COM <b>CONEXÃO WI-FI</b> , PERMITINDO A IMPRESSÃO SEM FIO A PARTIR DE DIVERSOS DISPOSITIVOS, COMO COMPUTADORES E DISPOSITIVOS MÓVEIS. <b>FUNÇÃO: FUNÇÃO ÚNICA DE IMPRESSÃO</b> , DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS EM PRETO E BRANCO. <b>COR DE IMPRESSÃO:</b> IMPRESSÃO REALIZADA EM <b>COR PRETA</b> , ADEQUADA PARA AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E USO DIÁRIO. <b>VOLTAGEM: 220V</b> , COMPATÍVEL COM AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO.	UND	05	R\$ 1.598,33	R\$ 7.991,65  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
4	DATA SHOW PROJETOR COM <b>TECNOLOGIA LCD OU DLP</b> .  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TECNOLOGIA DE PROJEÇÃO:</b> PROJETOR COM <b>TECNOLOGIA LCD OU DLP</b> , PROPORCIONANDO <b>IMAGENS NÍTIDAS E DE ALTA RESOLUÇÃO</b> , IDEAL PARA APRESENTAÇÕES EM AMBIENTES CORPORATIVOS, EDUCACIONAIS OU CONFERÊNCIAS. <b>BRILHO: MÍNIMO DE 3.000 LÚMENS</b> , GARANTINDO <b>ALTA LUMINOSIDADE</b> , PERMITINDO USO EM AMBIENTES COM LUZ AMBIENTE MODERADA A ALTA, SEM PERDA DE QUALIDADE DE IMAGEM. <b>RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO MÍNIMA FULL HD (1920 X 1080)</b> , PARA ASSEGURAR IMAGENS CLARAS E DETALHADAS, ADEQUADAS PARA APRESENTAÇÕES DE VÍDEOS, GRÁFICOS E TEXTOS.	UND	07	R\$ 3.166,17	R\$ 22.163,15  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p><b>CONECTIVIDADE: ENTRADA HDMI PARA FÁCIL CONEXÃO COM COMPUTADORES, LAPTOPS, E OUTROS DISPOSITIVOS MULTIMÍDIA. ENTRADA VGA PARA COMPATIBILIDADE COM EQUIPAMENTOS MAIS ANTIGOS. SAÍDA DE ÁUDIO E USB PARA CONEXÕES ADICIONAIS E SUPORTE DE PERIFÉRICOS. ÁUDIO: ALTO-FALANTES EMBUTIDOS COM QUALIDADE ADEQUADA PARA AMBIENTES DE PEQUENO A MÉDIO PORTE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO EXTERNOS. LENTE E ZOOM: LENTE DE ALTA QUALIDADE COM CAPACIDADE DE ZOOM ÓPTICO, PERMITINDO AJUSTES NA PROJEÇÃO CONFORME O TAMANHO DA SALA. AJUSTES: CORREÇÃO TRAPEZOIDAL AUTOMÁTICA PARA AJUSTES RÁPIDOS EM DIFERENTES ÂNGULOS DE PROJEÇÃO, GARANTINDO IMAGENS SEMPRE RETAS, MESMO EM SUPERFÍCIES INCLINADAS. VIDA ÚTIL DA LÂMPADA: MÍNIMO DE 10.000 HORAS, GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E REDUÇÃO DE CUSTOS COM MANUTENÇÃO E TROCA DE LÂMPADAS. COR: BRANCO OU NEUTRO, PARA INTEGRAÇÃO EM DIVERSOS AMBIENTES. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO.</b></p>				
5	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA QUE PERMITE <b>IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO.</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO DE IMPRESSORA:</b> IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COM TECNOLOGIA DE TANQUE DE TINTA (ECO TANK), PERMITINDO <b>IMPRESSÃO, CÓPIA E DIGITALIZAÇÃO</b> COM BAIXO CUSTO DE OPERAÇÃO. <b>TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: JATO DE TINTA HEAT-FREE MICRO PIEZO</b>, GARANTINDO <b>QUALIDADE DE IMPRESSÃO SUPERIOR</b> SEM O USO DE CALOR, O QUE CONTRIBUI PARA MAIOR DURABILIDADE E REDUÇÃO DE CUSTOS OPERACIONAIS. <b>CONECTIVIDADE: CONEXÃO SEM FIO (WI-FI)</b>, PERMITINDO A IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO DIRETAMENTE DE DISPOSITIVOS MÓVEIS, COMPUTADORES E TABLETS, SEM A NECESSIDADE DE CABOS. <b>SCANNER: SCANNER DE BASE PLANA COM SENSOR DE LINHAS CIS (CONTACT IMAGE SENSOR)</b> PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS COLORIDOS E DETALHADOS.</p>	UND	07	R\$ 1.753,33	R\$ 12.273,31  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p><b>RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: RESOLUÇÃO MÁXIMA DE 5760 X 1440 DPI, GARANTINDO IMAGENS E TEXTOS NÍTIDOS E DE ALTA QUALIDADE PARA IMPRESSÃO DE GRÁFICOS E DOCUMENTOS COLORIDOS. VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: ISO: ATÉ 10 PÁGINAS POR MINUTO (PPM) EM PRETO E 5 PPM EM CORES (EM TAMANHOS A4 OU CARTA). MODO RASCUNHO: ATÉ 33 PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES, IDEAL PARA IMPRESSÃO RÁPIDA E ECONÔMICA. ENTRADA DE DADOS: CONEXÃO USB PARA LIGAÇÃO DIRETA A DISPOSITIVOS DE FORMA PRÁTICA. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO.</b></p>				
6	<p>MONITOR COM TECNOLOGIA LED 20 POLEGADAS.</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO DE TELA: MONITOR COM TECNOLOGIA LED, PROPORCIONANDO IMAGENS CLARAS E NÍTIDAS, COM ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. TAMANHO DA TELA: 20 POLEGADAS, IDEAL PARA USO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO, CASAS OU ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, ONDE O ESPAÇO E A RESOLUÇÃO SÃO FATORES IMPORTANTES. RESOLUÇÃO: RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1600 X 900 PIXELS, GARANTINDO BOA QUALIDADE DE IMAGEM PARA TAREFAS COTIDIANAS COMO NAVEGAÇÃO NA INTERNET, LEITURA DE DOCUMENTOS E VISUALIZAÇÃO DE GRÁFICOS. CONECTIVIDADE: ENTRADAS VGA E/OU HDMI, PERMITINDO CONEXÃO COM DIVERSOS DISPOSITIVOS COMO COMPUTADORES, LAPTOPS E OUTROS APARELHOS DE MÍDIA. TAXA DE ATUALIZAÇÃO: MÍNIMO DE 60 HZ, GARANTINDO IMAGENS FLUÍDAS PARA NAVEGAÇÃO E TRABALHOS GRÁFICOS SIMPLES. VISIBILIDADE E CONFORTO: BRILHO AJUSTÁVEL E ÂNGULO DE VISÃO AMPLO, PROPORCIONANDO CONFORTO VISUAL DURANTE LONGAS HORAS DE USO. DESIGN: ESTRUTURA COMPACTA E MODERNA, ADEQUADA PARA QUALQUER AMBIENTE, COM BORDAS FINAS E DESIGN FUNCIONAL. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: MONITOR COM BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, ATENDENDO AOS PADRÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM AS</b></p>	UND	05	R\$ 795,42	R\$ 3.977,10  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO.				
7	<p>IMPRESSORA MONOCROMÁTICA <b>IMPRESSÃO EM PRETO, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO (DUPLEX).</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: LASER MONOCROMÁTICA, PROPORCIONANDO ALTA QUALIDADE DE IMPRESSÃO EM PRETO, IDEAL PARA AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E IMPRESSÕES DE DOCUMENTOS EM GRANDE VOLUME. CONECTIVIDADE: CONEXÃO SEM FIO (WI-FI), PERMITINDO A IMPRESSÃO SEM A NECESSIDADE DE CABOS, COM FÁCIL INTEGRAÇÃO A DISPOSITIVOS COMO COMPUTADORES, LAPTOPS E SMARTPHONES. FUNÇÃO DUPLEX: IMPRESSÃO FRENTE E VERSO (DUPLEX), PROPORCIONANDO ECONOMIA DE PAPEL E MAIOR EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS. VISOR: VISOR LCD, FACILITANDO A OPERAÇÃO E O MONITORAMENTO DO STATUS DA IMPRESSORA. CAPACIDADE DE IMPRESSÃO: CAPACIDADE MÁXIMA DE SAÍDA DE 150 FOLHAS, ADEQUADA PARA AMBIENTES DE TRABALHO QUE EXIGEM VOLUME MÉDIO DE IMPRESSÕES. COR: COR PRETA, COM DESIGN COMPACTO E EFICIENTE, ADEQUADO PARA INTEGRAÇÃO EM AMBIENTES CORPORATIVOS. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO.</b></p>	UND	05	R\$ 2.987,67	R\$ 14.938,35  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
8	<p>NOTEBOOK COM PROCESSADOR CORE I5.</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: PROCESSADOR: INTEL CORE I5 (OU EQUIVALENTE), COM MÍNIMO DE 4 NÚCLEOS E FREQUÊNCIA BASE DE 2.4 GHZ, OFERECENDO DESEMPENHO ROBUSTO PARA MULTITAREFAS E APLICATIVOS EXIGENTES. MEMÓRIA RAM: 8 GB DE MEMÓRIA DDR4, GARANTINDO DESEMPENHO RÁPIDO E EFICIENTE EM TAREFAS SIMULTÂNEAS E USO CONTÍNUO. ARMAZENAMENTO: SSD DE 256 GB, PROPORCIONANDO INICIALIZAÇÃO RÁPIDA DO SISTEMA OPERACIONAL E DOS APLICATIVOS, ALÉM DE MAIOR DURABILIDADE E DESEMPENHO EM COMPARAÇÃO AOS DISCOS RÍGIDOS TRADICIONAIS. TELA: TELA FULL HD DE 15,6 POLEGADAS, COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1920 X 1080 PIXELS,</b></p>	UND	15	R\$ 4.493,30	R\$ 67.399,50  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	OFERECENDO IMAGENS NÍTIDAS E CLARAS PARA VISUALIZAÇÃO CONFORTÁVEL DE DOCUMENTOS E CONTEÚDOS MULTIMÍDIA. <b>CONECTIVIDADE:</b> INCLUI <b>WI-FI, BLUETOOTH,</b> E <b>PORTAS USB 3.0, HDMI,</b> PARA FACILITAR A CONEXÃO COM DISPOSITIVOS PERIFÉRICOS, MONITORES E REDES. <b>DESIGN: ESTRUTURA COMPACTA E ROBUSTA,</b> IDEAL PARA USO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E MOBILIDADE PARA QUEM PRECISA DE UM EQUIPAMENTO DE ALTO DESEMPENHO E FÁCIL TRANSPORTE. <b>SISTEMA OPERACIONAL:</b> PRÉ-INSTALADO COM <b>SISTEMA OPERACIONAL LICENCIADO,</b> ADEQUADO PARA USO PROFISSIONAL E PRODUTIVIDADE.				
9	FRAGMENTADORA DE PAPEL  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: CAPACIDADE DE FRAGMENTAÇÃO: FRAGMENTAÇÃO EM PARTÍCULAS MÍNIMAS,</b> PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA NO DESCARTE DE DOCUMENTOS CONFIDENCIAIS. CAPACIDADE DE <b>FRAGMENTAR ATÉ 12 FOLHAS POR VEZ.</b> <b>FUNÇÃO AUTO START/STOP:</b> EQUIPAMENTO COM <b>FUNÇÃO AUTOMÁTICA DE INÍCIO E PARADA,</b> FACILITANDO O PROCESSO DE FRAGMENTAÇÃO E GARANTINDO MAIOR PRATICIDADE NO USO. <b>CESTO: CESTO COM CAPACIDADE PARA 21 LITROS,</b> IDEAL PARA USO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO COM VOLUME MÉDIO DE DOCUMENTOS A SEREM DESCARTADOS. <b>VOLTAGEM: 220V,</b> COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>OUTRAS CARACTERÍSTICAS:</b> EQUIPAMENTO DE FÁCIL MANUSEIO E <b>BAIXO NÍVEL DE RUÍDO,</b> COM <b>DESIGN COMPACTO</b> PARA FACILITAR O ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE.	UND	02	R\$ 1.883,95	R\$ 3.767,90  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
10	AR-CONDICIONADO 12.000 BTUS INVERTER 220V.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTUS,</b> ADEQUADO PARA AMBIENTES DE <b>TAMANHO MÉDIO</b> (COMO SALAS OU ESCRITÓRIOS), OFERECENDO <b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b> E <b>DESEMPENHO OTIMIZADO</b> PARA MANTER A TEMPERATURA CONFORTÁVEL. <b>TECNOLOGIA INVERTER: TECNOLOGIA INVERTER,</b> QUE PROPORCIONA <b>MAIOR ECONOMIA DE ENERGIA</b> E <b>FUNIONAMENTO MAIS SILENCIOSO,</b> AJUSTANDO	UND	20	R\$ 2.797,93	R\$ 55.958,60  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	AUTOMATICAMENTE A VELOCIDADE DO COMPRESSOR CONFORME A NECESSIDADE DE REFRIGERAÇÃO. <b>VOLTAGEM: 220V</b> , COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>DESIGN: MODELO COMPACTO</b> , COM DESIGN MODERNO, QUE SE ADAPTA FACILMENTE A DIFERENTES TIPOS DE AMBIENTE, GARANTINDO DESEMPENHO EFICIENTE SEM COMPROMETER O ESPAÇO. <b>FUNÇÕES:</b> EQUIPADO COM <b>FUNÇÃO DE RESFRIAMENTO</b> , PODENDO SER INTEGRADO A SISTEMAS DE CONTROLE REMOTO OU AUTOMAÇÃO (CONFORME ESPECIFICAÇÃO), PROPORCIONANDO FACILIDADE DE OPERAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO DA TEMPERATURA.				
11	AR-CONDICIONADO 9.000 BTUS INVERTER 220V.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 9.000 BTUS</b> , IDEAL PARA AMBIENTES DE <b>TAMANHO PEQUENO A MÉDIO</b> , COMO QUARTOS, ESCRITÓRIOS OU SALAS, PROPORCIONANDO <b>EFICIÊNCIA NO CONTROLE DE TEMPERATURA. TECNOLOGIA INVERTER:</b> EQUIPADO COM <b>TECNOLOGIA INVERTER</b> , QUE PROPORCIONA <b>MAIOR ECONOMIA DE ENERGIA, MENOR EMISSÃO DE RUÍDO E MAIOR DURABILIDADE</b> , AJUSTANDO AUTOMATICAMENTE A VELOCIDADE DO COMPRESSOR CONFORME A DEMANDA DE REFRIGERAÇÃO. <b>VOLTAGEM: 220V</b> , COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>DESIGN: MODELO COMPACTO E MODERNO</b> , PROJETADO PARA SE INTEGRAR DE FORMA DISCRETA EM DIFERENTES TIPOS DE AMBIENTES, SEM OCUPAR MUITO ESPAÇO. <b>FUNÇÕES:</b> INCLUI FUNÇÕES COMO <b>RESFRIAMENTO</b> , COM <b>CONTROLE REMOTO</b> (CASO ESPECIFICADO), PROPORCIONANDO <b>PRATICIDADE E PERSONALIZAÇÃO NO AJUSTE DE TEMPERATURA.</b>	UND	05	R\$ 2.551,55	R\$ 12.757,75  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
12	AR-CONDICIONADO 18.000 BTUS INVERTER 220V.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 18.000 BTUS</b> , IDEAL PARA AMBIENTES DE <b>TAMANHO GRANDE</b> , COMO SALAS AMPLAS, ESCRITÓRIOS OU OUTROS ESPAÇOS QUE EXIGEM ALTA CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO. <b>TECNOLOGIA INVERTER:</b>	UND	10	R\$ 4.012,46	R\$ 40.124,60  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	EQUIPADO COM <b>TECNOLOGIA INVERTER</b> , PROPORCIONANDO <b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA SUPERIOR</b> , <b>REDUÇÃO DE CUSTOS COM ELETRICIDADE</b> , E <b>FUNCIONAMENTO MAIS SILENCIOSO</b> , AJUSTANDO AUTOMATICAMENTE A VELOCIDADE DO COMPRESSOR CONFORME A NECESSIDADE DE REFRIGERAÇÃO. <b>VOLTAGEM: 220V</b> , COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>DESIGN: MODELO MODERNO E COMPACTO</b> , PROJETADO PARA OFERECER <b>ALTO DESEMPENHO COM OCUPAÇÃO DE ESPAÇO OTIMIZADA</b> , ADEQUADO PARA DIVERSOS TIPOS DE AMBIENTES. <b>FUNÇÕES: INCLUI FUNÇÕES COMO RESFRIAMENTO</b> , COM <b>CONTROLE REMOTO</b> (CASO ESPECIFICADO), PARA <b>AJUSTE PRECISO DE TEMPERATURA E COMODIDADE NO USO DIÁRIO</b> .				
13	AR-CONDICIONADO 36.000 BTUS INVERTER 220V.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 36.000 BTUS</b> , IDEAL PARA <b>AMBIENTES DE GRANDE PORTE</b> , COMO AUDITÓRIOS, GRANDES SALAS COMERCIAIS, OU ÁREAS QUE EXIGEM <b>ALTA CAPACIDADE DE RESFRIAMENTO</b> . <b>TECNOLOGIA INVERTER: EQUIPADO COM TECNOLOGIA INVERTER</b> , OFERECENDO <b>ECONOMIA DE ENERGIA SIGNIFICATIVA</b> , <b>FUNCIONAMENTO MAIS SILENCIOSO E MAIOR DURABILIDADE</b> , AJUSTANDO AUTOMATICAMENTE A VELOCIDADE DO COMPRESSOR CONFORME A NECESSIDADE DE REFRIGERAÇÃO. <b>VOLTAGEM: 220V</b> , COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>DESIGN: MODELO DE GRANDE PORTE</b> , PROJETADO PARA PROPORCIONAR <b>ALTO DESEMPENHO E EFICIÊNCIA</b> , COM UM DESIGN QUE SE ADAPTA BEM A ESPAÇOS AMPLOS E COM GRANDE FLUXO DE PESSOAS. <b>FUNÇÕES: EQUIPADO COM FUNÇÕES COMO RESFRIAMENTO, CONTROLE REMOTO</b> (CASO ESPECIFICADO), PERMITINDO O <b>AJUSTE PERSONALIZADO DA TEMPERATURA</b> PARA MAIOR CONFORTO E CONVENIÊNCIA.	UND	05	R\$ 9.311,83	R\$ 46.559,15  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
14	CORTINA DE AR 1,50 METRO - 220V  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: CORTINA DE AR COM LARGURA DE 1,50 METROS</b> ,	UND	01	R\$ 948,33	R\$ 948,33  Exclusivo conforme Art. 48 da lei



	<p>PROJETADA PARA <b>CONTROLE DE TEMPERATURA E PROTEÇÃO DE AMBIENTES INTERNOS</b> CONTRA O INGRESSO DE AR EXTERNO, POEIRA, INSETOS E POLUENTES. IDEAL PARA SER INSTALADA EM <b>PORTAS, JANELAS E ENTRADAS</b> DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS OU AMBIENTES CORPORATIVOS. <b>FUNÇÃO:</b> CRIAR UMA <b>BARREIRA DE AR</b>, MANTENDO A <b>TEMPERATURA INTERNA CONSTANTE</b> E MELHORANDO O <b>CONFORTO TÉRMICO</b> NO AMBIENTE, AO MESMO TEMPO EM QUE IMPEDE A TROCA DE AR ENTRE OS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO. <b>POTÊNCIA E EFICIÊNCIA:</b> EQUIPAMENTO COM <b>POTÊNCIA COMPATÍVEL COM O AMBIENTE DE MÉDIO PORTE</b>, GARANTINDO <b>FLUXO DE AR EFICIENTE E CONTÍNUO</b>. <b>BAIXO CONSUMO DE ENERGIA</b>, ALINHADO AOS PADRÕES DE <b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>. <b>VOLTAGEM: 220V</b>, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO DE MÉDIA POTÊNCIA. <b>CONTROLE DE VELOCIDADE:</b> EQUIPADO COM <b>CONTROLE DE VELOCIDADE AJUSTÁVEL</b>, POSSIBILITANDO A PERSONALIZAÇÃO DO <b>FLUXO DE AR</b> CONFORME AS NECESSIDADES DO AMBIENTE. PODE INCLUIR <b>CONTROLE REMOTO</b> OU <b>PAINEL DE CONTROLE INTEGRADO</b>. <b>DESIGN E INSTALAÇÃO:</b> <b>DESIGN COMPACTO E MODERNO</b>, COM <b>ACABAMENTO RESISTENTE</b>, IDEAL PARA INSTALAÇÃO EM AMBIENTES COM <b>ALTO TRÁFEGO</b>. <b>INSTALAÇÃO PRÁTICA</b> SOBRE PORTAS, COM <b>FÁCIL ACESSO À MANUTENÇÃO E LIMPEZA</b>. <b>COR: COR NEUTRA (GERALMENTE BRANCA OU METÁLICA)</b>, GARANTINDO <b>BOA INTEGRAÇÃO ESTÉTICA</b> COM DIVERSOS AMBIENTES E ESTILOS DE DECORAÇÃO. <b>DURABILIDADE:</b> <b>ESTRUTURA ROBUSTA E RESISTENTE</b>, PROJETADA PARA SUPORTAR <b>USO CONTÍNUO</b> E OFERECER <b>LONGA VIDA ÚTIL</b>.</p>				123/2006
15	<p>CADEIRAS SECRETARIA GIRATORIA</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO DE CADEIRA:</b> CADEIRA <b>GIRATÓRIA</b> PARA <b>USO EM ESCRITÓRIOS</b> E <b>AMBIENTES ADMINISTRATIVOS</b>, COM <b>ESTRUTURA ERGONÔMICA</b>, PROJETADA PARA PROPORCIONAR CONFORTO E SUPORTE DURANTE LONGAS JORNADAS DE TRABALHO. <b>ENCOSTO: ENCOSTO DE ALTURA AJUSTÁVEL</b> E</p>	UND	25	R\$ 395,41	R\$ 9.885,25  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p>COM <b>SUPOORTE LOMBAR</b> PARA GARANTIR O ALINHAMENTO ADEQUADO DA COLUNA, PROMOVEDO <b>POSTURA SAUDÁVEL</b> E CONFORTO AO USUÁRIO. <b>ASSENTO: ASSENTO ACOLCHOADO</b>, COM <b>ESTOFADO DE ALTA DENSIDADE</b>, GARANTINDO <b>CONFORTO E DURABILIDADE</b>, IDEAL PARA USO PROLONGADO. <b>BRAÇOS: BRAÇOS AJUSTÁVEIS</b> PARA MAIOR <b>CONVENIÊNCIA</b> E <b>APOIO AOS BRAÇOS</b>, PERMITINDO ADAPTAR A CADEIRA CONFORME A PREFERÊNCIA DO USUÁRIO. <b>MECANISMO DE AJUSTE: AJUSTE DE ALTURA A GÁS</b>, PERMITINDO <b>FACILIDADE NA PERSONALIZAÇÃO DA ALTURA DO ASSENTO</b> CONFORME A NECESSIDADE DO USUÁRIO. <b>BASE E RODÍZIOS: BASE ROBUSTA COM RODÍZIOS</b> PARA <b>FACILIDADE DE MOVIMENTAÇÃO</b> EM DIFERENTES TIPOS DE PISOS, PROPORCIONANDO <b>MOBILIDADE E PRATICIDADE</b> NO AMBIENTE DE TRABALHO. <b>DESIGN: DESIGN MODERNO E FUNCIONAL</b>, ADAPTÁVEL A DIFERENTES TIPOS DE AMBIENTE, COM ACABAMENTO DE QUALIDADE E FÁCIL MANUTENÇÃO.</p>				
16	<p>CADEIRA PRESIDENTE GIRATORIA</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO DE CADEIRA: CADEIRA PRESIDENCIAL GIRATÓRIA</b>, PROJETADA PARA <b>USO EXECUTIVO</b> EM ESCRITÓRIOS E AMBIENTES CORPORATIVOS, PROPORCIONANDO <b>CONFORTO E SOFISTICAÇÃO</b> DURANTE LONGAS JORNADAS DE TRABALHO. <b>ENCOSTO: ENCOSTO ALTO</b> COM <b>SUPOORTE LOMBAR INTEGRADO</b>, GARANTINDO O <b>APOIO ADEQUADO PARA A COLUNA</b> E PROMOVEDO UMA <b>POSTURA SAUDÁVEL</b> E CONFORTÁVEL. <b>ASSENTO: ASSENTO ACOLCHOADO</b> E <b>ERGONÔMICO</b>, COM <b>ESTOFADO DE ALTA DENSIDADE</b>, OFERECENDO <b>CONFORTO PROLONGADO</b> E RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO. <b>AJUSTES: AJUSTE DE ALTURA A GÁS</b>, PERMITINDO <b>PERSONALIZAÇÃO FÁCIL DA ALTURA DO ASSENTO</b> PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO USUÁRIO. <b>AJUSTE DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO</b>, COM MECANISMO <b>BLOQUEÁVEL EM DIVERSAS POSIÇÕES</b>, PARA GARANTIR CONFORTO DURANTE MOMENTOS DE DESCANSO OU REFLEXÃO. <b>BRAÇOS: BRAÇOS ESTOFADOS</b> E <b>AJUSTÁVEIS</b>, OFERECENDO <b>SUPOORTE CONFORTÁVEL</b> PARA OS BRAÇOS E</p>	UND	10	R\$ 878,53	R\$ 8.785,30  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	PERMITINDO QUE A CADEIRA SEJA ADAPTADA À PREFERÊNCIA DO USUÁRIO. <b>BASE E RODÍZIOS: BASE ROBUSTA EM METAL COM RODÍZIOS</b> PARA FACILITAR A <b>MOVIMENTAÇÃO</b> SUAVE EM DIFERENTES TIPOS DE PISO, PROPORCIONANDO <b>MOBILIDADE E PRATICIDADE</b> . <b>DESIGN: DESIGN ELEGANTE E SOFISTICADO</b> , COM ACABAMENTO DE <b>ALTA QUALIDADE</b> , PROJETADA PARA ADICIONAR <b>ESTILO E PROFISSIONALISMO</b> AO AMBIENTE DE TRABALHO.				
17	CADEIRA LONGARINA PLASTICA COM 03 LUGARES, COR PRETA  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO DE CADEIRA:</b> CADEIRA LONGARINA COM 03 LUGARES, IDEAL PARA AMBIENTES DE <b>ALTO TRÁFEGO</b> , COMO <b>SALAS DE ESPERA, AUDITÓRIOS E ÁREAS DE ATENDIMENTO</b> , PROPORCIONANDO <b>CONFORTO E PRATICIDADE</b> . <b>ESTRUTURA: ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE</b> , COM <b>ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE</b> , PROJETADA PARA SUPORTAR USO CONTÍNUO EM AMBIENTES PÚBLICOS E CORPORATIVOS. <b>ASSENTO E ENCOSTO: ASSENTO E ENCOSTO DE PLÁSTICO</b> DE ALTA RESISTÊNCIA, COM <b>DESIGN ERGONÔMICO</b> PARA GARANTIR CONFORTO AO USUÁRIO EM PERÍODOS PROLONGADOS DE USO. <b>CAPACIDADE: CADEIRA COM CAPACIDADE PARA 03 LUGARES</b> , ACOMODANDO ATÉ <b>3 PESSOAS</b> DE FORMA CONFORTÁVEL E PRÁTICA, IDEAL PARA OTIMIZAÇÃO DE ESPAÇOS. <b>COR: COR PRETA</b> , FACILITANDO A INTEGRAÇÃO COM DIFERENTES TIPOS DE DECORAÇÃO E AMBIENTES. <b>CONECTIVIDADE: BASE FIXA COM SUPORTE ROBUSTO</b> PARA GARANTIR ESTABILIDADE, ADEQUADA PARA SUPERFÍCIES DE PISO DURO OU CARPETADO. <b>DESIGN: DESIGN SIMPLES E FUNCIONAL</b> , COM ASSENTOS INDEPENDENTES, GARANTINDO <b>COMODIDADE E ESTABILIDADE</b> PARA O USO COLETIVO.	UND	05	R\$ 868,40	R\$ 4.342,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
18	MESA ESCRITORIO 1,20 M; 2 GAVETAS, COR BRANCA, MDF  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: DIMENSÕES: 1,20 METROS DE LARGURA</b> , PROPORCIONANDO ESPAÇO ADEQUADO PARA O TRABALHO DE ESCRITÓRIO, COM <b>DESIGN COMPACTO</b> QUE	UND	20	R\$ 493,00	R\$ 9.860,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p>OTIMIZA O USO DO AMBIENTE. <b>MATERIAL:</b> <b>ESTRUTURA EM MDF</b>, DE ALTA <b>DURABILIDADE E RESISTÊNCIA</b>, COM ACABAMENTO DE <b>ALTA QUALIDADE</b>, GARANTINDO MAIOR <b>LONGEVIDADE E RESISTÊNCIA AO DESGASTE DIÁRIO</b>. <b>GAVETAS:</b> <b>2 GAVETAS PARA ARMAZENAMENTO PRÁTICO</b> DE DOCUMENTOS E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, COM <b>CORREDIÇAS METÁLICAS</b> PARA FACILITAR A ABERTURA E O FECHAMENTO. <b>COR: COR BRANCA</b>, COM ACABAMENTO <b>LISINHO</b>, QUE SE ADAPTA FACILMENTE A DIFERENTES ESTILOS DE DECORAÇÃO DE ESCRITÓRIO E AMBIENTES CORPORATIVOS. <b>DESIGN: DESIGN SIMPLES E FUNCIONAL</b>, COM BORDAS <b>ARREDONDADAS</b> PARA <b>SEGURANÇA</b> E FACILIDADE NO USO DIÁRIO. A MESA É ADEQUADA PARA USO EM <b>ESCRITÓRIOS, SALAS DE REUNIÕES E HOME OFFICES</b>. <b>ESTABILIDADE: BASE ESTÁVEL</b>, PROJETADA PARA SUPORTAR O USO CONTÍNUO, COM <b>SUSTENTAÇÃO ROBUSTA</b> PARA GARANTIR A <b>SEGURANÇA E RESISTÊNCIA AO PESO</b>.</p>				
19	<p>CADEIRAS SECRETARIA, FIXA PE PALITO 3/4, COM ENCOSTO, ACENTO DE CORINO, COR PRETA</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO DE CADEIRA: CADEIRA FIXA PARA SECRETÁRIA</b>, COM <b>ENCOSTO E ASSENTO ESTOFADO</b> PARA GARANTIR CONFORTO EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO OU ATENDIMENTO. <b>ESTRUTURA: BASE DE MADEIRA OU METAL COM ACABAMENTO DE ALTA RESISTÊNCIA</b>, COM <b>PÉS PALITO 3/4</b>, PROPORCIONANDO <b>ESTABILIDADE E UM DESIGN CLÁSSICO E MODERNO</b>. <b>ASSENTO: ASSENTO ESTOFADO</b> COM REVESTIMENTO DE <b>CORINO</b> DE ALTA QUALIDADE, OFERECENDO <b>DURABILIDADE E CONFORTO</b> PARA O USO CONTÍNUO EM AMBIENTES DE TRABALHO. <b>ENCOSTO: ENCOSTO ERGONÔMICO</b> QUE PROPORCIONA <b>SUORTE PARA A COLUNA</b>, GARANTINDO <b>CONFORTO E BEM-ESTAR</b> DURANTE O USO. <b>COR: COR PRETA</b>, FACILITANDO A INTEGRAÇÃO EM DIFERENTES AMBIENTES DE ESCRITÓRIO E COMBINANDO COM A MAIORIA DAS DECORAÇÕES. <b>DESIGN: DESIGN SIMPLES E FUNCIONAL</b>, IDEAL PARA AMBIENTES CORPORATIVOS, ADMINISTRATIVOS OU</p>	UND	30	R\$ 231,11	R\$ 6.933,30  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	HOME OFFICE.				
20	<p>ARQUIVO DE AÇO SUSPENSO C/4 GAVETAS</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: ESTRUTURA: ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS, PROJETADO PARA ARMAZENAMENTO SEGURO E ORGANIZADO DE DOCUMENTOS EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO OU CORPORATIVOS. MATERIAL: FABRICADO EM AÇO DE CHAPA #26, OFERECENDO ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE PARA SUPORTAR O USO CONTÍNUO E O PESO DOS DOCUMENTOS ARMAZENADOS. GAVETAS: 4 GAVETAS COM PUXADORES ERGONÔMICOS, PROPORCIONANDO FACILIDADE DE ABERTURA E FECHAMENTO, ALÉM DE MAIOR CONFORTO NO USO DIÁRIO. FECHADURA: FECHADURA COM TRANCA SIMULTÂNEA PARA MAIOR SEGURANÇA, ACOMPANHADA DE CHAVE, GARANTINDO A PROTEÇÃO DOS DOCUMENTOS ARMAZENADOS. DIMENSÕES: ALTURA: 1,33 METROS. LARGURA: 47 CM. PROFUNDIDADE: 50 CM. CORREDIÇAS: CORREDIÇAS COM PATINS, PERMITINDO MOVIMENTAÇÃO SUAVE DAS GAVETAS E GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE E ESTABILIDADE DURANTE O USO. COR: COR CINZA, FACILITANDO A INTEGRAÇÃO NO AMBIENTE DE ESCRITÓRIO.</b></p>	UND	10	R\$ 999,00	R\$ 9.990,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
21	<p>ARMARIO ARQUIVO DE AÇO DE PAREDE 2 PORTAS</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: ESTRUTURA: ARMÁRIO DE AÇO DE PAREDE COM 2 PORTAS, PROJETADO PARA ARMAZENAMENTO SEGURO DE DOCUMENTOS E OBJETOS EM AMBIENTES DE ESCRITÓRIO OU CORPORATIVOS. MATERIAL: FABRICADO EM AÇO DE CHAPA 26, PROPORCIONANDO ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, IDEAL PARA SUPORTAR O USO CONTÍNUO E A ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS. FECHADURA: EQUIPADO COM FECHADURA DE SEGURANÇA, GARANTINDO MAIOR PROTEÇÃO PARA OS ITENS ARMAZENADOS, ACOMPANHADA DE CHAVE PARA CONTROLE DE ACESSO. DIMENSÕES: ALTURA: 1,66 METROS. LARGURA: 0,75 METROS. PROFUNDIDADE: 0,32 METROS. DESIGN: DESIGN FUNCIONAL E COMPACTO, ADEQUADO PARA INSTALAÇÕES EM PAREDE, OTIMIZANDO O ESPAÇO DO AMBIENTE DE</b></p>	UND	15	R\$ 1.096,00	R\$ 16.440,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	TRABALHO SEM COMPROMETER A CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO. <b>COR: COR CINZA</b> , PROPORCIONANDO <b>FACILIDADE DE INTEGRAÇÃO</b> EM DIVERSOS TIPOS DE DECORAÇÃO E AMBIENTES CORPORATIVOS.				
22	<p><b>GELADEIRA DUPLEX FROST FREE 431 L, BRANCA, COM TECNOLOGIA DE CONSERVAÇÃO INTELIGENTE (AUTOSENSE).</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: REFRIGERADOR DUPLEX COM SISTEMA DE DEGELAMENTO FROST FREE AUTOMÁTICO, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE DESCONGELAMENTO MANUAL E GARANTINDO CONVENIÊNCIA E EFICIÊNCIA NA MANUTENÇÃO. TECNOLOGIA INTELIGENTE: TECNOLOGIA AUTOSENSE, QUE AJUSTA AUTOMATICAMENTE A TEMPERATURA INTERNA CONFORME O USO, GARANTINDO ECONOMIA DE ENERGIA E PRESERVAÇÃO IDEAL DOS ALIMENTOS. CAPACIDADE: REFRIGERADOR: CAPACIDADE LÍQUIDA DE APROXIMADAMENTE 303L. FREEZER: CAPACIDADE LÍQUIDA DE APROXIMADAMENTE 128L (ALGUMAS FONTES INDICAM 151L BRUTO). CAPACIDADE TOTAL LÍQUIDA: APROXIMADAMENTE 431L, IDEAL PARA FAMÍLIAS OU AMBIENTES QUE EXIGEM MAIOR CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO. DIMENSÕES: ALTURA: APROXIMADAMENTE 176 CM. LARGURA: APROXIMADAMENTE 70 CM. PROFUNDIDADE: APROXIMADAMENTE 73,2 CM.PESO: APROXIMADAMENTE 66 KG (SEM EMBALAGEM). COR: BRANCA, COM ACABAMENTO LIMPO E MODERNO, ADEQUADO PARA INTEGRAÇÃO EM DIVERSOS TIPOS DE COZINHAS E AMBIENTES.</b></p>	UND	04	R\$ 4.702,80	R\$ 18.811,20  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
23	<p><b>GELADEIRA FROST FREE 240L, 1 PORTA, 220V, COR BRANCA</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: REFRIGERADOR DE UMA PORTA COM SISTEMA DE DEGELAMENTO FROST FREE (AUTOMÁTICO), QUE DISPENSA O DESCONGELAMENTO MANUAL, PROPORCIONANDO MAIOR PRATICIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DIÁRIO. CAPACIDADE: CAPACIDADE TOTAL APROXIMADA DE 240 LITROS, IDEAL PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, COZINHAS INSTITUCIONAIS</b></p>	UND	04	R\$ 2.998,67	R\$ 11.994,68  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p><b>OU ESCRITÓRIOS, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DE ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS. SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO: EQUIPADO COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA, GARANTINDO MELHOR CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS E MENOR CONSUMO DE ENERGIA. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. COR: BRANCA, COM ACABAMENTO MODERNO E DE FÁCIL LIMPEZA, ADEQUADO PARA DIFERENTES TIPOS DE AMBIENTE. DESIGN: DESIGN COMPACTO E FUNCIONAL, COM PRATELEIRAS AJUSTÁVEIS QUE OTIMIZAM O ESPAÇO INTERNO E FACILITAM A ORGANIZAÇÃO DOS ALIMENTOS. EFICIÊNCIA: PRODUTO COM BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO, ATENDENDO AOS PADRÕES DE EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE EXIGIDOS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO.</b></p>				
24	<p>MAQUINA DE LAVAR ROUPAS, 13KG, 220V, COR BRANCA</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS AUTOMÁTICA, COM CAPACIDADE PARA 13 KG DE ROUPAS, IDEAL PARA USO RESIDENCIAL, INSTITUCIONAL OU CORPORATIVO, PROPORCIONANDO EFICIÊNCIA E PRATICIDADE NA LAVAGEM DE GRANDES VOLUMES DE PEÇAS. CAPACIDADE: 13 KG, ADEQUADA PARA ATENDER FAMÍLIAS, REPARTIÇÕES PÚBLICAS, ESCOLAS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS QUE DEMANDAM HIGIENIZAÇÃO FREQUENTE DE TECIDOS E UNIFORMES. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. FUNÇÕES: MÚLTIPLOS PROGRAMAS DE LAVAGEM, INCLUINDO CICLOS PARA ROUPAS DELICADAS E PESADAS. NÍVEIS AUTOMÁTICOS DE ÁGUA, DE ACORDO COM A CARGA INSERIDA. SISTEMA DE CENTRIFUGAÇÃO EFICIENTE, GARANTINDO ROUPAS COM MENOR UMIDADE APÓS O CICLO. TAMPA SUPERIOR TRANSPARENTE, PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DO PROCESSO (QUANDO APLICÁVEL). SISTEMA DE LAVAGEM: EQUIPAMENTO COM TECNOLOGIA DE AGITAÇÃO OU TAMBOR ROTATIVO, QUE ASSEGURA LAVAGEM HOMOGÊNEA E ECONOMIA DE ÁGUA E ENERGIA. COR: BRANCA, COM ACABAMENTO</b></p>	UND	03	R\$ 2.430,33	R\$ 7.290,99  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<b>RESISTENTE E DE FÁCIL LIMPEZA</b> , IDEAL PARA INTEGRAÇÃO EM DIFERENTES AMBIENTES. <b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b> : PRODUTO COM <b>BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E ÁGUA</b> , ATENDENDO AOS PADRÕES DE <b>EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE</b> EXIGIDOS PARA EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO CONTÍNUO.				
25	<p>FREZER HORIZONTAL 309 LT, 1 PORTA, 220V, COR BRANCA .</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA</b>: TIPO: FREEZER HORIZONTAL DE UMA PORTA, ADEQUADO PARA ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E PRODUTOS DIVERSOS, IDEAL PARA USO INSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO OU DE APOIO ALIMENTAR. <b>CAPACIDADE</b>: CAPACIDADE TOTAL DE APROXIMADAMENTE 309 LITROS, GARANTINDO ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA O ARMAZENAMENTO DE VOLUMES MÉDIOS DE PRODUTOS CONGELADOS OU RESFRIADOS. <b>SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO</b>: EQUIPAMENTO COM <b>CONTROLE DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL</b>, PERMITINDO O FUNCIONAMENTO COMO <b>FREEZER OU REFRIGERADOR</b>, CONFORME A NECESSIDADE DO USUÁRIO. <b>DEGELO</b>: SISTEMA DE <b>DEGELO MANUAL OU SEMIAUTOMÁTICO</b>, COM <b>DRENAGEM FRONTAL</b> PARA FACILITAR A LIMPEZA E MANUTENÇÃO. <b>VOLTAGEM</b>: 220V, COMPATÍVEL COM AS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>TAMPA</b>: <b>TAMPA ÚNICA BASCULANTE</b>, COM <b>VEDAÇÃO REFORÇADA</b> PARA GARANTIR <b>EFICIÊNCIA TÉRMICA E BAIXO CONSUMO DE ENERGIA</b>. <b>COR</b>: BRANCA, COM <b>ACABAMENTO DE FÁCIL LIMPEZA</b>, ADEQUADA PARA COZINHAS, REFEITÓRIOS E AMBIENTES INSTITUCIONAIS. <b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>: EQUIPAMENTO COM <b>BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>, ATENDENDO AOS <b>PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA</b> EXIGIDOS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO DE USO CONTÍNUO.</p>	UND	02	R\$ 3.566,50	R\$ 7.133,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
26	<p>FOGÃO 4 BOCAS, COR BRANCA, MESA INOX, COM FORNO, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, 220V.</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA</b>: TIPO: FOGÃO DE PISO COM 4 BOCAS, IDEAL PARA USO DOMÉSTICO OU INSTITUCIONAL, ADEQUADO</p>	UND	05	R\$ 1.069,67	R\$ 5.348,35  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p>PARA PREPARO DE REFEIÇÕES EM COZINHAS DE REPARTIÇÕES PÚBLICAS, ESCOLAS, REFEITÓRIOS E SIMILARES. <b>MESA: MESA EM AÇO INOXIDÁVEL, DE ALTA RESISTÊNCIA E FÁCIL LIMPEZA, COM GRADE INDIVIDUAL OU DUPLA SOBRE OS QUEIMADORES, GARANTINDO ESTABILIDADE E SEGURANÇA NO USO. FORNO: EQUIPADO COM FORNO CONVENCIONAL, COM PORTA DE VIDRO TEMPERADO E VEDAÇÃO TÉRMICA, POSSIBILITANDO COZIMENTO UNIFORME E VISUALIZAÇÃO INTERNA DURANTE O PREPARO. ACENDIMENTO: ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL (BOCAS E FORNO), PROPORCIONANDO PRATICIDADE E SEGURANÇA NA OPERAÇÃO. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. COR: BRANCA, COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE A MANCHAS E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. SEGURANÇA: EQUIPAMENTO FABRICADO CONFORME NORMAS DE SEGURANÇA E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA VIGENTES, COM SISTEMA DE CONTROLE INDIVIDUAL DE CHAMAS E PÉS NIVELADORES PARA MELHOR ESTABILIDADE.</b></p>				
27	<p>GAVETEIRO 8 GAVETAS COM RODÍZIOS DE CHAVES</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: GAVETEIRO MÓVEL COM 8 GAVETAS, IDEAL PARA ORGANIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS, MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E UTENSÍLIOS ADMINISTRATIVOS, ADEQUADO PARA USO EM ESCRITÓRIOS, SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS. ESTRUTURA: FABRICADO EM MATERIAL RESISTENTE (MDF, AÇO OU EQUIVALENTE), COM ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO E DE FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO. GAVETAS: COM 8 GAVETAS DE DESLIZAMENTO SUAVE, EQUIPADAS COM CORREDIÇAS METÁLICAS OU PATINS DE QUALIDADE, PERMITINDO ABERTURA TOTAL E ACESSO FACILITADO AO CONTEÚDO. FECHADURA: SISTEMA DE TRAVAMENTO POR CHAVE, COM TRANCA SIMULTÂNEA, GARANTINDO SEGURANÇA E SIGILO DOS DOCUMENTOS ARMAZENADOS. RODÍZIOS: RODÍZIOS RESISTENTES E DE FÁCIL</b></p>	UND	04	R\$ 1.838,74	R\$ 7.354,96  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p><b>MOBILIDADE, QUE PERMITEM DESLOCAMENTO SEGURO DO MÓVEL, COM TRAVAMENTO DE SEGURANÇA PARA FIXAÇÃO QUANDO NECESSÁRIO. DESIGN: DESIGN FUNCIONAL E COMPACTO, IDEAL PARA OTIMIZAR O ESPAÇO DE TRABALHO, PODENDO SER UTILIZADO DE FORMA INDEPENDENTE OU SOB MESAS E BANCADAS. COR: COR NEUTRA, A DEFINIR CONFORME O PADRÃO DO AMBIENTE, PROPORCIONANDO HARMONIA VISUAL E VERSATILIDADE ESTÉTICA.</b></p>				
28	<p><b>BALCÃO PARA CONSULTORIO MDF COM GAVETA</b></p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: BALCÃO DE ATENDIMENTO FABRICADO EM MDF DE ALTA DENSIDADE, PROJETADO PARA USO EM CONSULTÓRIOS, RECEPÇÕES E AMBIENTES ADMINISTRATIVOS, PROPORCIONANDO ORGANIZAÇÃO E FUNCIONALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO. ESTRUTURA: ESTRUTURA ROBUSTA, CONFECCIONADA EM MDF COM ESPESSURA MÍNIMA DE 15 MM, COM ACABAMENTO EM PINTURA MELAMÍNICA OU LAMINADO, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO, À UMIDADE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DIMENSÕES: DIMENSÕES APROXIMADAS COMPATÍVEIS COM USO ERGONÔMICO E CONFORTÁVEL, PERMITINDO O POSICIONAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO E ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS (DIMENSÕES EXATAS PODEM SER DEFINIDAS CONFORME O ESPAÇO FÍSICO). GAVETA: 1 GAVETA DESLIZANTE COM CORREDIÇAS METÁLICAS, PROPORCIONANDO ABERTURA SUAVE E SEGURA, IDEAL PARA GUARDAR DOCUMENTOS, INSTRUMENTOS E OBJETOS DE PEQUENO PORTE. BANCADA SUPERIOR: TAMPO AMPLO E PLANO, PERMITINDO O USO DE COMPUTADORES, MONITORES OU MATERIAIS DE ATENDIMENTO, COM BORDAS ARREDONDADAS PARA MAIOR SEGURANÇA. COR: COR NEUTRA (BRANCA OU SIMILAR), PROPORCIONANDO AMBIENTE LIMPO E PROFISSIONAL, ADEQUADO A ESPAÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE. DESIGN: DESIGN ERGONÔMICO E FUNCIONAL, COM ACABAMENTO FINO E RESISTENTE, GARANTINDO DURABILIDADE, ESTABILIDADE</b></p>	UND	07	R\$ 1.318,50	R\$ 9.229,50  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



<b>E FÁCIL MANUTENÇÃO.</b>						
<b>29</b>	<p>ESCADA INOX DE 2 DEGRAUS PARA MACA</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> TIPO: ESCADA HOSPITALAR EM AÇO INOXIDÁVEL, COM 2 DEGRAUS, DESTINADA A AUXILIAR O ACESSO DE PACIENTES À MACA, GARANTINDO SEGURANÇA, ESTABILIDADE E DURABILIDADE NO USO CLÍNICO E HOSPITALAR. <b>MATERIAL:</b> ESTRUTURA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL POLIDO, RESISTENTE À CORROSÃO, UMIDADE E PRODUTOS DE LIMPEZA HOSPITALARES, ASSEGURANDO ALTA DURABILIDADE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. <b>DEGRAUS:</b> 2 DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, PROPORCIONANDO MAIOR ADERÊNCIA E SEGURANÇA DURANTE O USO. SUPERFÍCIE COM ACABAMENTO TEXTURIZADO OU EMBORRACHADO, QUE EVITA ESCORREGÕES. <b>BASE:</b> BASE ESTÁVEL E REFORÇADA, COM PÉS EMBORRACHADOS OU NIVELADORES, QUE GARANTEM ADERÊNCIA AO PISO E EVITAM RISCOS OU DESLIZAMENTOS DURANTE O USO. <b>ALTURA TOTAL:</b> ALTURA COMPATÍVEL COM USO HOSPITALAR (APROXIMADAMENTE 40 A 50 CM), FACILITANDO O ACESSO DO PACIENTE À MACA. <b>DESIGN:</b> DESIGN ERGONÔMICO E COMPACTO, PERMITINDO FÁCIL DESLOCAMENTO E LIMPEZA, COM CANTOS ARREDONDADOS PARA MAIOR SEGURANÇA. <b>COR:</b> AÇO INOX NATURAL (ACABAMENTO POLIDO), CONFORME PADRÃO HOSPITALAR.</p>	<b>UND</b>	<b>34</b>	<b>R\$ 263,39</b>	<b>R\$ 8.955,26</b>	<b>Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006</b>
<b>30</b>	<p>SELADORA TÉRMICA HOSPITALAR/ODONTOLÓGICA 31CM.</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> TIPO DE EQUIPAMENTO: SELADORA TÉRMICA DE EMBALAGENS PARA ESTERILIZAÇÃO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU TNT, PRÓPRIA PARA USO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO OU LABORATORIAL. LARGURA ÚTIL DE SELAGEM: MÍNIMA DE 31 CM. SISTEMA DE AQUECIMENTO: RESISTÊNCIAS BLINDADAS, COM CONTROLE AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA, PERMITINDO SELAGEM UNIFORME. TEMPO DE SELAGEM: RÁPIDO, NÃO SUPERIOR A 3 SEGUNDOS POR CICLO. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: REGULÁVEL ENTRE 100 °C E 200 °C. MATERIAL DA ESTRUTURA: CORPO EM AÇO INOXIDÁVEL OU</p>	<b>UND</b>	<b>03</b>	<b>R\$ 6.534,33</b>	<b>R\$ 19.602,99</b>	<b>Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006</b>



	METÁLICO TRATADO, RESISTENTE À OXIDAÇÃO E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. MODO DE ACIONAMENTO: MANUAL, POR ALAVANCA OU PRESSÃO. VOLTAGEM: 127 V OU 220 V, 60 HZ (CONFORME PADRÃO LOCAL). LARGURA DA SOLDA: MÍNIMA DE 10 MM, CONTÍNUA E UNIFORME. SEGURANÇA: SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SUPERAQUECIMENTO. ACESSÓRIOS: PORTA-BOBINAS ACOPLADO OU COMPATÍVEL, COM SUPORTE AJUSTÁVEL.				
31	PLASTIFICADORA / LAMINADORA/ POLISELADORA.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> PLASTIFICADORA / LAMINADORA / POLISELADORA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO: 220V; FORMATOS SUPORTADOS: A3, A4, A5 E A6; SISTEMA DE AQUECIMENTO: ROLO QUENTE; ESPESSURA DE PLASTIFICAÇÃO: ATÉ 250 MICRAS; LARGURA MÁXIMA DE ENTRADA: ATÉ 330 MM (COMPATÍVEL COM FORMATO A3); TEMPO DE AQUECIMENTO: ATÉ 5 MINUTOS; VELOCIDADE DE PLASTIFICAÇÃO: MÍNIMA DE 300 MM/MIN; REVERSO MANUAL PARA DESATOLAR FILMES; CORPO EM MATERIAL RESISTENTE, DE FÁCIL LIMPEZA; UTILIZAÇÃO: PLASTIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS EM DIFERENTES FORMATOS.	UND	02	R\$ 771,42	R\$ 1.542,84  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
32	ENCADERNADORA PERFURADORA PARA ESPIRAL A4.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> ENCADERNADORA PERFURADORA PARA ESPIRAL FORMATO MÁXIMO SUPORTADO: A4; SISTEMA DE PERFURAÇÃO MANUAL PARA ENCADERNAÇÃO EM ESPIRAL; CAPACIDADE MÍNIMA DE PERFURAÇÃO: 10 FOLHAS DE 75 G/M <sup>2</sup> POR OPERAÇÃO; CAPACIDADE DE ENCADERNAÇÃO: ATÉ 150 FOLHAS (75 G/M <sup>2</sup> ); ESTRUTURA EM MATERIAL RESISTENTE, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E USO CONTÍNUO EM AMBIENTE ADMINISTRATIVO; ALAVANCA ERGONÔMICA PARA PERFURAÇÃO; RESERVATÓRIO PARA RESÍDUOS DE PERFURAÇÃO, DE FÁCIL REMOÇÃO E LIMPEZA; BASE COM APOIO ANTIDERRAPANTE PARA MAIOR ESTABILIDADE DURANTE O USO;	UND	02	R\$ 1.197,57	R\$ 2.395,14  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	DESTINADA À ORGANIZAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS EM ÓRGÃOS PÚBLICOS.				
33	ESTANTE MULTIUSO AÇO PINTURA ELETROSTÁTICA 6 PRATELEIRAS 90X190X30.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA; PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, ANTICORROSIVA; COM 6 (SEIS) PRATELEIRAS AJUSTÁVEIS; MEDIDAS APROXIMADAS: 90 CM (LARGURA) X 190 CM (ALTURA) X 30 CM (PROFUNDIDADE); CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA POR PRATELEIRA: 25 KG DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE; SISTEMA DE MONTAGEM COM ENCAIXE OU PARAFUSOS, DE FÁCIL INSTALAÇÃO; COR PADRÃO: CINZA OU SIMILAR; DESTINADA AO ARMAZENAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DOCUMENTOS EM UNIDADES ADMINISTRATIVAS.	UND	15	R\$ 399,60	R\$ 5.994,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
34	FORNO INDUSTRIAL A GÁS COM LASTRO DE PEDRA REFRATÁRIA  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> ALIMENTAÇÃO: GÁS GLP OU GN; TIPO: FORNO DE LASTRO COM PEDRA REFRATÁRIA; LARGURA ÚTIL APROXIMADA: 90 CM; ESTRUTURA EM AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA RESISTENTE A ALTAS TEMPERATURAS; CÂMARA INTERNA REVESTIDA EM MATERIAL ADEQUADO AO USO ALIMENTAR, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; ISOLAMENTO TÉRMICO PARA MAIOR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SEGURANÇA NO MANUSEIO; PORTA COM VISOR EM VIDRO TEMPERADO OU SIMILAR RESISTENTE AO CALOR; CONTROLE DE TEMPERATURA COM REGULAGEM MANUAL OU AUTOMÁTICA; QUEIMADORES DISPOSTOS DE FORMA A GARANTIR AQUECIMENTO UNIFORME; PÉS NIVELADORES PARA AJUSTE EM SUPERFÍCIES IRREGULARES; DESTINADO AO PREPARO DE PÃES, MASSAS, ASSADOS E OUTROS ALIMENTOS EM COZINHAS INSTITUCIONAIS.	UND	01	R\$ 4.796,06	R\$ 4.796,06  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
35	TELA DE PROJEÇÃO COM TRIPÉ  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> DIMENSÕES: 2,40	UND	07	R\$ 875,44	R\$ 6.128,08  Exclusivo conforme Art.



	M (LARGURA) X 1,80 M (ALTURA); DIAGONAL EQUIVALENTE: 120 POLEGADAS; FORMATO DE PROJEÇÃO: 4:3; ESTRUTURA EM TRIPÉ METÁLICO, DOBRÁVEL, RESISTENTE E ESTÁVEL; SUPERFÍCIE DE PROJEÇÃO EM MATERIAL VINÍLICO OU SIMILAR, DE FÁCIL LIMPEZA, NA COR BRANCA MATTE; BORDAS PRETAS PARA MELHOR CONTRASTE DE IMAGEM; MECANISMO MANUAL DE RETRAÇÃO/EXTENSÃO; ALTURA AJUSTÁVEL PARA ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE; DESTINADA A PROJEÇÃO DE APRESENTAÇÕES, PALESTRAS E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.				48 da lei 123/2006
36	BEBEDOURO DE COLUNA EM INOX COM FILTRO.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: 50 LITROS; ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, RESISTENTE À CORROSÃO; MODELO DE COLUNA, PRÓPRIO PARA INSTALAÇÃO FIXA; SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO ELÉTRICO, COM TEMPERATURA AJUSTÁVEL; EQUIPADO COM FILTRO DE ÁGUA PARA PURIFICAÇÃO; SAÍDAS DE ÁGUA: TORNEIRA(S) OU BICA(S) BEBEDOURO PARA USO COLETIVO; KIT DE INSTALAÇÃO INCLUSO (CONEXÕES, MANGUEIRA E ACESSÓRIOS); BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, COMPATÍVEL COM PADRÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA; ATENDIMENTO ÀS NORMAS SANITÁRIAS E DE SEGURANÇA; DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA FILTRADA E REFRIGERADA EM AMBIENTES COLETIVOS.	UND	04	R\$ 2.562,827	R\$ 10.251,28  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
37	PURIFICADOR DE ÁGUA.  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> EQUIPAMENTO COM COMPRESSOR PARA PURIFICAÇÃO E REFRIGERAÇÃO DE ÁGUA; SISTEMA DE FILTRAGEM COM MÍNIMO DE DUPLA ETAPA (REMOVENDO CLORO, SABOR, ODORES E IMPUREZAS SÓLIDAS); CAPACIDADE MÍNIMA DE FORNECIMENTO: 1,0 LITRO/MINUTO; OPÇÕES DE FORNECIMENTO: ÁGUA NATURAL E ÁGUA GELADA; RESERVATÓRIO INTERNO COM ISOLAMENTO TÉRMICO; TEMPERATURA DE RESFRIAMENTO AJUSTÁVEL; CONSUMO REDUZIDO DE ENERGIA, COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMPROVADA; MATERIAL	UND	04	R\$ 990,67	R\$ 3.962,68  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	EXTERNO EM PLÁSTICO OU METAL RESISTENTE, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; INSTALAÇÃO ELÉTRICA 110V OU 220V (CONFORME DEMANDA); DESTINADO AO FORNECIMENTO DE ÁGUA FILTRADA E REFRIGERADA PARA CONSUMO HUMANO EM AMBIENTES ADMINISTRATIVOS OU COLETIVOS.				
38	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL ELÉTRICA  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> DIMENSÕES: 203 CM (LARGURA) X 152 CM (ALTURA); FORMATO DE PROJEÇÃO: 4:3; MECANISMO DE ACIONAMENTO ELÉTRICO COM CONTROLE (INTERRUPTOR OU CONTROLE REMOTO); VOLTAGEM: 127V; SUPERFÍCIE DE PROJEÇÃO EM MATERIAL VINÍLICO OU SIMILAR, COR BRANCA MATTE, DE FÁCIL LIMPEZA; BORDAS PRETAS PARA MELHOR CONTRASTE DE IMAGEM; ESTRUTURA EM AÇO OU ALUMÍNIO COM PINTURA ELETROSTÁTICA RESISTENTE; SISTEMA DE MONTAGEM PARA PAREDE OU TETO; DESTINADA À PROJEÇÃO DE APRESENTAÇÕES, PALESTRAS E ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.	UND	01	R\$ 2.474,35	R\$ 2.474,35  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
39	LAVA E SECA ROUPAS COM FUNÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO 14KG (220, VOLTS).  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> TIPO: MÁQUINA LAVA E SECA AUTOMÁTICA, COM CAPACIDADE PARA 14 KG DE ROUPAS, IDEAL PARA USO INSTITUCIONAL OU DOMÉSTICO INTENSIVO, OFERECENDO EFICIÊNCIA, ECONOMIA DE ENERGIA E PRATICIDADE NO PROCESSO DE LAVAGEM E SECAGEM. CAPACIDADE: 14 KG, ADEQUADA PARA LAVAGEM E SECAGEM DE GRANDES VOLUMES DE ROUPAS, TOALHAS, LENÇÓIS E UNIFORMES, GARANTINDO AGILIDADE E PRODUTIVIDADE. TECNOLOGIA: FUNÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO POR VAPOR OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, QUE ELIMINA MICRO-ORGANISMOS E ODORES, ASSEGURANDO HIGIENIZAÇÃO PROFUNDA DAS ROUPAS. SISTEMA INTELIGENTE COM SENSOR AUTOMÁTICO DE CARGA, QUE AJUSTA TEMPO, TEMPERATURA E CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA CONFORME O VOLUME E	UND	03	R\$ 5.594,67	R\$ 16.784,01  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p>TIPO DE TECIDO. <b>MOTOR COM CONTROLE ELETRÔNICO E FUNCIONAMENTO SILENCIOSO</b>, QUE REDUZ VIBRAÇÕES E RUÍDOS DURANTE O CICLO. <b>FUNÇÕES: LAVAGEM, ENXÁGUE, CENTRIFUGAÇÃO E SECAGEM AUTOMÁTICAS</b>, PODENDO SER PROGRAMADAS DE FORMA INDEPENDENTE. <b>DIVERSOS PROGRAMAS DE LAVAGEM E SECAGEM</b>, ADAPTÁVEIS A TECIDOS DELICADOS, PESADOS E SINTÉTICOS. <b>DISPLAY DIGITAL E PAINEL DE CONTROLE INTUITIVO</b>, COM INDICAÇÃO DE TEMPO E ETAPAS DO CICLO. <b>EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: EQUIPAMENTO DE BAIXO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA</b>, EM CONFORMIDADE COM OS <b>PADRÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA VIGENTES</b>. <b>VOLTAGEM: 220V</b>, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO. <b>COR: COR NEUTRA (PREFERENCIALMENTE BRANCA, PRATA OU GRAFITE)</b>, COM <b>ACABAMENTO MODERNO E RESISTENTE À UMIDADE</b>.</p>				
40	<p>RECAMIER / ESTOFADO PARA RECEPÇÃO OU CONSULTÓRIO.</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> DIMENSÕES APROXIMADAS: 1,20 M (COMPRIMENTO) X 0,60 M (LARGURA) X 0,45 M (ALTURA DO ASSENTO); ESTRUTURA EM MADEIRA OU METAL RESISTENTE; ESTOFAMENTO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE, REVESTIDO EM TECIDO OU COURINO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; REVESTIMENTO NA COR CINZA, PADRÃO LISO (SEM ESTAMPAS); PÉS EM MADEIRA OU METAL, COM ACABAMENTO RESISTENTE; DESIGN ERGONÔMICO, ADEQUADO PARA AMBIENTES DE RECEPÇÃO, SALAS DE ESPERA OU CLÍNICAS DE PSICOLOGIA; RESISTÊNCIA MÍNIMA DE CARGA: 120 KG; ACABAMENTO DE QUALIDADE, GARANTINDO DURABILIDADE E CONFORTO.</p>	UND	01	R\$ 891,33	R\$ 891,33  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
41	<p>BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA PARA CONTROLE CORPORAL</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> EQUIPAMENTO DIGITAL PARA AFERIÇÃO DE COMPOSIÇÃO CORPORAL; CAPACIDADE MÍNIMA: 150 KG; ESCALA DE MEDIÇÃO COM DIVISÃO MÁXIMA DE 100 G; FUNÇÕES DE BIOIMPEDÂNCIA:</p>	UND	02	R\$ 664,47	R\$ 1.328,94  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	PESO CORPORAL, ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC), PERCENTUAL DE GORDURA, MASSA MUSCULAR, MASSA ÓSSEA E HIDRATAÇÃO CORPORAL; SISTEMA DE ELETRODOS EM AÇO INOX PARA LEITURA POR PÉS E MÃOS; DISPLAY DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, COM INDICAÇÃO EM QUILOGRAMAS E PERCENTUAIS; MEMÓRIA PARA CADASTRO DE MÍNIMO 3 USUÁRIOS; ALIMENTAÇÃO POR PILHAS OU BATERIA RECARREGÁVEL; ESTRUTURA RESISTENTE, COM PLATAFORMA ANTIDERRAPANTE; DESTINADA AO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE SAÚDE EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS.				
42	<p>BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL COM RÉGUA</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM: 300 KG; DIVISÃO DE LEITURA: NO MÁXIMO 100 G; PLATAFORMA EM AÇO OU MATERIAL RESISTENTE, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE; DISPLAY DIGITAL DE FÁCIL LEITURA, COM INDICAÇÃO EM QUILOGRAMAS; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: ELÉTRICO (110V/220V) OU À PILHA/RECARREGÁVEL; EQUIPADA COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PARA AFERIÇÃO DE ALTURA, ESCALA MÍNIMA DE 2 METROS; ESTRUTURA RESISTENTE PARA USO CONTÍNUO EM AMBIENTES CLÍNICOS E INSTITUCIONAIS; FUNÇÃO DE TARAR E ZERAR AUTOMATICAMENTE; DESTINADA AO ACOMPANHAMENTO DE PESO E ALTURA EM UNIDADES DE SAÚDE OU OUTROS AMBIENTES ADMINISTRATIVOS.</p>	UND	07	R\$ 2.074,50	R\$ 14.521,50  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
43	<p>BALANÇA DIGITAL ANTROPOMÉTRICA ADULTO</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM: 200 KG; DIVISÃO DE LEITURA: NO MÁXIMO 100 G; PLATAFORMA AMPLA, EM AÇO OU MATERIAL RESISTENTE, COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE; DISPLAY DIGITAL ILUMINADO, COM INDICAÇÃO EM QUILOGRAMAS; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: ELÉTRICO (110V/220V) OU À PILHA/RECARREGÁVEL; EQUIPADA COM RÉGUA ANTROPOMÉTRICA PARA MEDIÇÃO DE</p>	UND	08	R\$ 2.155,27	R\$ 17.242,16  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	ALTURA, ESCALA MÍNIMA DE 2 METROS; FUNÇÃO DE TARAR E ZERAR AUTOMATICAMENTE; ESTRUTURA ROBUSTA, ADEQUADA PARA USO CONTÍNUO EM UNIDADES DE SAÚDE E AMBIENTES ADMINISTRATIVOS; DESTINADA À AFERIÇÃO DE PESO E ALTURA DE ADULTOS PARA FINS CLÍNICOS OU INSTITUCIONAIS.				
44	BALANÇA PEDIÁTRICA DIGITAL  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> CAPACIDADE MÁXIMA: 30 KG; DIVISÃO DE LEITURA: NO MÁXIMO 10 G; PLATAFORMA ANATÔMICA E ERGONÔMICA, ADEQUADA PARA BEBÊS E CRIANÇAS; DISPLAY DIGITAL DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, COM INDICAÇÃO EM QUILOGRAMAS E GRAMAS; FUNÇÃO DE TARAR E ZERAR AUTOMATICAMENTE; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: ELÉTRICO (110V/220V) OU À PILHA/RECARREGÁVEL; ESTRUTURA RESISTENTE, LEVE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E TRANSPORTE; DESTINADA AO USO EM UNIDADES DE SAÚDE PARA AFERIÇÃO PRECISA DO PESO DE CRIANÇAS.	UND	07	R\$ 1.000,16	R\$ 7.001,12  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
45	ESTADIÔMETRO INFANTIL PORTÁTIL HORIZONTAL  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b>  EQUIPAMENTO PORTÁTIL PARA AFERIÇÃO DE ESTATURA DE CRIANÇAS E BEBÊS; FAIXA DE MEDIÇÃO: 0 A 100 CM (NO MÍNIMO); DIVISÃO DE LEITURA: 1 MM; ESTRUTURA EM MATERIAL LEVE, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; MARCAÇÕES PRECISAS E DE ALTA VISIBILIDADE; BASE DE APOIO ESTÁVEL PARA O BEBÊ/CRANÇA; DISPOSITIVO DESLIZANTE OU REGULÁVEL PARA APOIO DA CABEÇA E DOS PÉS; MODELO PORTÁTIL, ADEQUADO PARA USO EM UNIDADES DE SAÚDE E ACOMPANHAMENTOS INFANTIS; DESTINADO AO CONTROLE DE CRESCIMENTO INFANTIL EM AMBIENTES CLÍNICOS E PROGRAMAS DE SAÚDE.	UND	10	R\$ 271,67	R\$ 2.716,70  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
46	BALANÇA DIGITAL PARA CADEIRANTE	UND	03	R\$ 8.739,52	R\$ 26.218,56  Exclusivo conforme Art.



	<b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> CAPACIDADE MÁXIMA DE PESAGEM: 500 KG; DIVISÃO DE LEITURA: NO MÁXIMO 100 G; PLATAFORMA AMPLA E REFORÇADA, ADEQUADA PARA CADEIRA DE RODAS; SISTEMA DE RAMPA(S) DE ACESSO ANTIDERRAPANTE PARA ENTRADA E SAÍDA DO CADEIRANTE; ESTRUTURA EM AÇO OU MATERIAL METÁLICO RESISTENTE, COM PINTURA ELETROSTÁTICA ANTICORROSIVA; DISPLAY DIGITAL DE FÁCIL LEITURA, COM INDICAÇÃO EM QUILOGRAMAS; FUNÇÃO DE TARAR, PERMITINDO DESCONTAR O PESO DA CADEIRA DE RODAS; SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO: ELÉTRICO (110V/220V) OU À PILHA/RECARREGÁVEL; RODÍZIOS OU RECURSO PARA DESLOCAMENTO, FACILITANDO O TRANSPORTE DA BALANÇA; DESTINADA AO USO EM UNIDADES DE SAÚDE PARA AFERIÇÃO DE PESO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.				<b>48 da lei 123/2006</b>
<b>47</b>	<b>IMPRESSORA DE CARTÃO PVC</b>  <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO: TINGIMENTO POR SUBLIMAÇÃO DIRETA NO CARTÃO / TRANSFERÊNCIA DE RESINA TÉRMICA CAPACIDADE DE IMPRESSÃO: IMPRESSÃO UNILATERAL OU BILATERAL IMPRESSÃO DE BORDA A BORDA IMPRESSÃO DOS DOIS LADOS DE MANEIRA MANUAL POOLING / COMPARTILHAMENTO DE IMPRESSORAS IMPRESSÃO UV CAPACIDADE DE REESCREVER RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO: 300 PONTOS POR POLEGADA: 256 TONS POR PAINEL DE COR MODO DE ALTA QUALIDADE; 300 X 600 PONTOS POR POLEGADA; TEXTO MELHORADO, IMPRESSÃO DE GRÁFICOS E CÓDIGOS DE BARRAS 300 X 1200 PONTOS POR POLEGADA; TEXTO MELHORADO, IMPRESSÃO DE GRÁFICOS E CÓDIGOS DE BARRAS VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: IMPRESSÃO DE COR TOTAL: ATÉ 200 CARTÕES POR HORA, UNILATERAL (YMCKT) ATÉ 155 CARTÕES POR HORA, IMPRESSÃO DOS LADOS (YMCKT-K) MONOCROMÁTICA: ATÉ 830 CARTÕES POR HORA, UNILATERAL (PERTO HQ) CAPACIDADE DE CARTÃO: ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA: 100 ENTRADAS PARA CARTÕES DE 0,76 MM, 25 SAÍDAS DE CARTÕES PADRÕES PESO: 5,4KG DIMENSÕES: 539MM X 69MM X 88MM (COMPRIMENTO, LARGURA, ALTURA)	<b>UND</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 7.533,67</b>	<b>R\$ 7.533,67</b>  <b>Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006</b>



	CONECTIVIDADE: USB 2.0 DE ALTA VELOCIDADE BIDIRECIONAL, ETHERNET 10 BASE-T/100-BASE-TX (COM ATIVIDADE DE LUZ).				
48	<p>RELOGIO DE PONTO FACIAL COM SOFTWARE ATE 200 FUNCIONARIOS</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO COM TECNOLOGIA DE RECONHECIMENTO FACIAL, IDEAL PARA CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE ATÉ 200 FUNCIONÁRIOS EM AMBIENTES CORPORATIVOS OU INSTITUCIONAIS. TECNOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO: SISTEMA DE RECONHECIMENTO FACIAL DE ALTA PRECISÃO, QUE PERMITE O REGISTRO DE PONTO RÁPIDO E SEGURO, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE CARTÕES OU SENHAS E GARANTINDO MAIOR SEGURANÇA E CONTROLE. SOFTWARE DE GESTÃO: ACOMPANHA SOFTWARE DE GESTÃO DE PONTO, COM FUNCIONALIDADE DE REGISTRO DE ENTRADAS E SAÍDAS, ACOMPANHAMENTO DE JORNADA DE TRABALHO, RELATÓRIOS GERENCIAIS E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS DE FOLHA DE PAGAMENTO. CAPACIDADE: SUPORTA ATÉ 200 FUNCIONÁRIOS REGISTRADOS NO SISTEMA, COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE REGISTROS DIÁRIOS, GARANTINDO CONTROLE EFICIENTE E ORGANIZADO DAS INFORMAÇÕES DE PONTO. CONECTIVIDADE: EQUIPADO COM PORTA USB OU CONEXÃO EM REDE (ETHERNET/WIFI), PERMITINDO A TRANSFERÊNCIA DE DADOS PARA O SOFTWARE CENTRAL DE GERENCIAMENTO, FACILITANDO O ACOMPANHAMENTO REMOTO E A GESTÃO EM TEMPO REAL. DISPLAY E INTERFACE: TELA LCD OU LED DE FÁCIL LEITURA, COM INTERFACE INTUITIVA PARA REGISTRO RÁPIDO E SIMPLES DO PONTO, FACILITANDO A OPERAÇÃO PARA OS COLABORADORES. INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO: FÁCIL INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM ATENDIMENTO REMOTO PARA SUPORTE TÉCNICO (QUANDO APLICÁVEL), E POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO PERSONALIZADA CONFORME AS NECESSIDADES DA EMPRESA. DESIGN: DESIGN MODERNO E COMPACTO, IDEAL PARA</b></p>	UND	05	R\$ 3.177,00	R\$ 15.885,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	INSTALAÇÃO EM ÁREAS DE ENTRADA E SAÍDA DE COLABORADORES, COM ACABAMENTO RESISTENTE A DESGASTES E FÁCIL LIMPEZA E MANUTENÇÃO.				
49	<b>CADEIRA DE RODAS MANUAL PADRÃO</b> <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> TIPO: CADEIRA DE RODAS MANUAL, DOBRÁVEL EM "X", PARA USO ADULTO, EM AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS. <b>CAPACIDADE DE PESO:</b> ATÉ 100 KG (MÍNIMO). <b>ESTRUTURA:</b> EM AÇO CARBONO OU ALUMÍNIO TUBULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PINTURA EPÓXI; DOBRÁVEL PARA FACILITAR TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO. <b>ASSENTO E ENCOSTO:</b> ESTOFADOS EM NYLON, VINIL OU MATERIAL SINTÉTICO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; LARGURA DO ASSENTO: ENTRE 40 CM E 46 CM; ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMA DE 40 CM. <b>RODAS:</b> DIANTEIRAS: ARO DE 6" MACIÇAS OU PNEUMÁTICAS COM GARFOS REFORÇADOS; TRASEIRAS: ARO DE 24", COM PNEUS MACIÇOS OU PNEUMÁTICOS E SISTEMA DE QUICK RELEASE (REMOVÍVEL); RODAS TRASEIRAS COM ARO DE PROPULSÃO EM ALUMÍNIO OU AÇO CROMADO. <b>FREIOS:</b> MANUAIS, TIPO ALAVANCA, COM ACIONAMENTO BILATERAL E TRAVAMENTO NAS RODAS TRASEIRAS. <b>APOIOS:</b> APOIO DE BRAÇOS REMOVÍVEIS OU ESCAMOTEÁVEIS, COM PROTEÇÃO ACOLCHOADA; APOIO DE PÉS REGULÁVEIS EM ALTURA, COM CINTA DE CALCANHAR, REBATÍVEIS OU REMOVÍVEIS. <b>ITENS DE SEGURANÇA:</b> CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAL COM FECHO TIPO ENGATE RÁPIDO; DISPOSITIVO ANTIBOMBA (QUANDO APLICÁVEL). <b>NORMAS TÉCNICAS:</b> DEVE ATENDER À <b>ABNT NBR ISO 7176</b> , SÉRIE DE NORMAS TÉCNICAS PARA CADEIRAS DE RODAS.	UND	3	R\$ 621,88	R\$ 1.865,64  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006
50	CORTINA DE AR 1,00 METRO - 220V <b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:</b> TIPO: CORTINA DE AR COM LARGURA DE 1,00 METRO, PROJETADA PARA CONTROLE DE TEMPERATURA E PROTEÇÃO DE AMBIENTES INTERNOS CONTRA A ENTRADA DE AR EXTERNO, POEIRA, INSETOS E POLUENTES. IDEAL PARA INSTALAÇÃO EM PORTAS, JANELAS E ENTRADAS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, RESIDENCIAIS OU AMBIENTES		3	R\$ 696,00	R\$ 2.088,00  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



	<p><b>CORPORATIVOS. FUNÇÃO: CRIAÇÃO DE UMA BARREIRA DE AR CONTÍNUA, PERMITINDO QUE A TEMPERATURA INTERNA SEJA MANTIDA ESTÁVEL, SEM A TROCA DE AR COM O AMBIENTE EXTERNO, PROMOVENDO MAIOR CONFORTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. POTÊNCIA E EFICIÊNCIA: EQUIPAMENTO COM POTÊNCIA COMPATÍVEL PARA AMBIENTES DE MÉDIO PORTE, GARANTINDO FLUXO DE AR CONTÍNUO E EFICIENTE. BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO, EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. VOLTAGEM: 220V, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO DE MÉDIA POTÊNCIA. CONTROLE DE VELOCIDADE: EQUIPADO COM CONTROLE DE VELOCIDADE AJUSTÁVEL, PERMITINDO A PERSONALIZAÇÃO DO FLUXO DE AR DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO AMBIENTE. PODE INCLUIR CONTROLE REMOTO OU PAINEL DE CONTROLE INTEGRADO. DESIGN E INSTALAÇÃO: DESIGN COMPACTO E MODERNO, COM ACABAMENTO RESISTENTE, ADEQUADO PARA AMBIENTES DE ALTO TRÁFEGO E FÁCIL INTEGRAÇÃO NO ESPAÇO. INSTALAÇÃO SIMPLES SOBRE PORTAS, COM ACESSO FACILITADO À MANUTENÇÃO E LIMPEZA. COR: COR NEUTRA (GERALMENTE BRANCA OU METÁLICA), PERMITINDO BOA INTEGRAÇÃO ESTÉTICA COM DIFERENTES TIPOS DE DECORAÇÃO. DURABILIDADE: ESTRUTURA ROBUSTA E RESISTENTE, PROJETADA PARA GARANTIR LONGA VIDA ÚTIL, MESMO COM USO CONTÍNUO.</b></p>				
51	<p>CORTINA DE AR 2,00 METRO - 220V</p> <p><b>ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: TIPO: CORTINA DE AR COM LARGURA DE 2,00 METROS, PROJETADA PARA CONTROLE DE TEMPERATURA E PROTEÇÃO DE AMBIENTES INTERNOS CONTRA A ENTRADA DE AR EXTERNO, POEIRA, INSETOS E POLUENTES. IDEAL PARA INSTALAÇÃO EM PORTAS GRANDES, JANELAS AMPLAS OU ENTRADAS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE GRANDE PORTE. FUNÇÃO: CRIAÇÃO DE UMA BARREIRA DE AR CONTÍNUA, PERMITINDO QUE A TEMPERATURA INTERNA SEJA MANTIDA ESTÁVEL E EFICIENTE, SEM A TROCA DE AR COM O AMBIENTE EXTERNO,</b></p>		1	R\$ 1.314,70	R\$ 1.314,70  Exclusivo conforme Art. 48 da lei 123/2006



<p><b>GARANTINDO</b> CONFORTO TÉRMICO E REDUÇÃO DE CUSTOS COM CLIMATIZAÇÃO. POTÊNCIA E EFICIÊNCIA: <b>EQUIPAMENTO COM</b> POTÊNCIA COMPATÍVEL PARA AMBIENTES DE GRANDE PORTE, <b>GARANTINDO</b> FLUXO DE AR CONTÍNUO E <b>EFICIENTE</b>. BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO, <b>ALINHADO AOS</b> PADRÕES DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA <b>EXIGIDOS</b>. VOLTAGEM: 220V, <b>COMPATÍVEL COM</b> <b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PADRÃO DE MÉDIA</b> A ALTA POTÊNCIA. CONTROLE DE VELOCIDADE: <b>EQUIPADO COM</b> CONTROLE DE VELOCIDADE AJUSTÁVEL, <b>PERMITINDO</b> A <b>PERSONALIZAÇÃO DO</b> FLUXO DE AR <b>DE ACORDO COM AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO AMBIENTE</b>. CONTROLE REMOTO OU PAINEL DE CONTROLE <b>INTEGRADO PARA MAIOR CONVENIÊNCIA</b>. DESIGN E INSTALAÇÃO: DESIGN ROBUSTO E MODERNO, <b>COM</b> ACABAMENTO RESISTENTE, <b>IDEAL PARA AMBIENTES DE ALTO TRÁFEGO E LOCAIS COM GRANDE FLUXO DE PESSOAS</b>. INSTALAÇÃO SIMPLES <b>SOBRE PORTAS OU JANELAS, COM</b> ACESSO FACILITADO À MANUTENÇÃO E LIMPEZA, <b>GARANTINDO PRATICIDADE NO DIA A DIA</b>. COR: COR NEUTRA (GERALMENTE BRANCA OU METÁLICA), <b>ADAPTÁVEL À ESTÉTICA DE DIVERSOS TIPOS DE AMBIENTES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS</b>. DURABILIDADE: ESTRUTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, <b>PROJETADA PARA</b> USO CONTÍNUO, <b>COM</b> LONGA VIDA ÚTIL E <b>ALTO DESEMPENHO</b>.</p>				
---	--	--	--	--

**3.1.2** O custo estimado total da presente contratação e conforme a média aritmética dos preços consultados em anexo é de **R\$ 655.227,89** (seiscentos e cinquenta e cinco mil duzentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos). A media elaborada através no presente termo de referência, foi levantada através do **BANCO DE PREÇOS** (ferramenta especializada e consultas de preços Públicos). O quantitativo planejado para os 12 meses foi feito tendo por base os gastos dos anos anteriores.

**3.2.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), por envolverem execução padronizada, com critérios objetivos de avaliação de qualidade e performance.

**3.3.** O objeto desta contratação **não se enquadra como serviço de luxo**, conforme disposto no Decreto Municipal nº 009, de 25 de janeiro de 2023, que veda a contratação de bens e serviços



de luxo pela Administração Pública de Araguaçu/TO. Os serviços previstos são estritamente voltados ao atendimento assistencial e à promoção da saúde pública.

**3.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, **podendo ser prorrogada uma única vez por igual período**, nos termos do art. 84 da **Lei nº 14.133/2021** e do **Decreto Municipal nº 027/2023**, com alterações do Decreto nº 038/2025.

**3.5.** A presente contratação **não se caracteriza como fornecimento contínuo**, uma vez que trata da **aquisição de materiais permanentes**, com durabilidade superior a dois anos, conforme classificação definida no Decreto Federal nº **10.818, de 27 de setembro de 2021** e adotada pelo Decreto Municipal nº 009/2023, que regulamenta o art. 20 da Lei nº 14.133/2021.

#### **4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII “d” da Lei n. 14.133/2021)**

**4.1** Os produtos referentes a esta contratação deverão ser entregues pelo fornecedor, de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o fornecedor deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

**4.1.1** O prazo de entrega do objeto é de até **30 dias**, a partir do envio da Nota de Empenho ao Licitante, via e-mail, em remessa única, na Secretaria Municipal de Saúde.

**4.1.2** O prazo de entrega poderá ser prorrogado após justificativa fundamentada por escrito da empresa contratada, sendo aceito e acatada a nova data para a entrega pelo Departamento de Compras do Município de Araguaçu/TO.

**4.2** A entrega do objeto deverá ser efetuada, sem ônus para a Contratante, na sede do Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu/TO, situada na Rua Aldenor Lira Gomes, S/N Centro - CEP: 77475-000 Município de Araguaçu/TO, fone: 63 3384-2098.

**4.3** O objeto será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 140 da Lei 14.133 /21 sendo:

**a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;**

**b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.**

**4.4** A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o objeto se estiver em desacordo com as especificações e as cláusulas contratuais com o Termo de Referência.

**4.5** Caso seja constatado que o fornecimento do objeto foi executado em desacordo com o especificado ou exigido, com defeito ou incompleto, mesmo após o recebimento definitivo, os responsáveis da Contratante notificarão a Contratada para que a mesma providencie a correção necessária dentro do prazo estipulado.

**4.6** Constatadas irregularidades quanto ao objeto contratual, a Contratante poderá:

- a)** Se disser respeito à especificação e/ou qualidade do objeto fornecido, rejeitá-lo determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b)** Exigir, na hipótese de substituição ou complementação, que a Contratada o faça em conformidade com o especificado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação por escrito, mantida o preço inicialmente contratado.

#### **Subcontratação**

**4.7.** É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, nos termos do art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021. O fornecimento deverá ser executado diretamente pela empresa contratada, sob sua total responsabilidade técnica e legal.

#### **Garantia da Contratação**

**4.8.** Não será exigida garantia da contratação prevista nos artigos 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a natureza do objeto (fornecimento de bens padronizados de entrega imediata) não justifica a necessidade de garantia contratual, conforme análise de risco e viabilidade técnica apresentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

#### **Garantia da Proposta**

**4.9.** Embora não seja exigida a garantia de execução contratual, será obrigatória a prestação de garantia da proposta como condição de pré-habilitação, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021. A medida visa assegurar a seriedade das propostas apresentadas e coibir práticas especulativas ou abandono imotivado do certame, garantindo à Administração maior segurança quanto ao cumprimento das condições estabelecidas no edital. A exigência se justifica pela natureza da contratação, que envolve múltiplos itens, com adjudicação por item, e valor global significativo, além da necessidade de continuidade no fornecimento para assegurar a execução da manutenção predial planejada. A forma, valor e prazo de validade da garantia da proposta serão definidos no instrumento convocatório, observando-se o limite legal de até 1% do valor estimado do item, conforme autorizado pelo art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

#### **Tratamento Diferenciado e Exclusividade para ME/EPP**

**4.10** Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 serão **reservados exclusivamente para a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, conforme o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e regulamentações aplicáveis. O edital refletirá essa condição, de modo a garantir a aplicação do tratamento diferenciado previsto em lei.

**5 . CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS; (art. 6º, XXIII “e” da Lei n. 14.133/2021).**



**5.1** Considerar-se-á executado, definitivamente, objeto da licitação, após a verificação da conformidade com as especificações requeridas no edital, realizada pelo servidor designado como fiscal do contrato, decorrente do procedimento licitatório.

**5.2** Caso seja identificadas irregularidades nos objetos ofertados provisoriamente, a empresa responsável será **notificada para soluções serem tomadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO.**

**5.3** Após a verificação, através de comunicação oficial do responsável pela fiscalização do objeto, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para execução.

**5.4** A empresa contratada deverá realizar a entrega do objeto na **sede da Secretaria Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**, localizada na Rua Aldenor Lira Gomes s/nº, Setor Central, CEP: 77475-000, Araguaçu-TO, conforme determinado na autorização de fornecimento, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, nos quantitativos necessários, conforme ordem de serviços.

**5.5** Observar rigorosamente as características especificadas.

**5.6** O contratante deverá entregar o objeto na **Secretaria Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**, a quem caberá à conferência dos mesmos averiguando danos e qualidade dos serviços prestados.

**5.7** O contratante arcará com logística do transporte e o descarregamento do objeto até o local indicado pela Contratante, com as regras compatíveis com o mercado.

A contratada não poderá alterar a quantidade, o tipo, marca e valor do preço unitário do objeto a serem adquiridos fazer execução parcial das quantidades constantes do documento de solicitação, sob pena de aplicação das sanções previstas no termo de contrato.

**5.9** Caso o objeto não corresponda às especificações exigidas, a (s) licitante (s) deverá (ão) providenciar, no máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de notificação, a sua substituição.

**5.10** Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos.

**5.11** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**5.12** Não será permitido serviços divergentes do que constar no contrato.

**5.13** O objeto deverá atender as exigências contidas no objeto descrito no item 1 deste termo de referência.

## **6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII “f” da Lei n. 14.133/2021)**

### **6.1 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**6.1.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores



resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.1.2** O fiscal técnico do contrato anotarás no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**6.1.3** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**6.1.4** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**6.1.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**6.1.6** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **6.2 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**6.2.1** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**6.2.2** . Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**6.2.3 A servidora Sra. MARILENE BEZERRA DE ARAUJO – (FMS),** será a fiscal do contrato, decreto 020/2025, responsável pelo recebimento definitivo do objeto.

## **6.3 GESTOR DO CONTRATO**

**6.3.1** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**6.3.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.3.4** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**6.3.5** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

**6.3.6** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

**6.3.8.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

**6.3.9** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.3.10** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.3.11** O contratado deverá manter preposto aceito pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** no local do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

**6.3.12** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

**6.3.13** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**6.3.14** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente ao **Município de Araguaçu -TO** ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**6.3.15** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).



**6.3.16** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá a ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.3.17** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º)

**6.3.18** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

**6.3.19** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

**6.3.20** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**6.3.21** O gestor do contrato e responsável pelo recebimento definitivo dos serviços será a Sra. **VALDETE CARDOZO DOS SANTOS** devidamente designado pelo gestor do Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO, sob o Decreto nº 020/2025.

## **7 - DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E PAGAMENTO -(art. 6º, XXIII “g” da Lei n. 14.133/2021)**

**7.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

**7.2** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**7.2.1** não produzir os resultados acordados,

**7.2.2** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**7.2.3** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **DO RECEBIMENTO**

**7.3** objetos será recebido provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, “a”, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.3.1** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**7.3.2** O **fiscal técnico** do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

**7.3.3 O fiscal administrativo** do contrato realizará o **recebimento provisório** do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

**7.3.4** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**7.3.5** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**7.3.6** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**7.3.7** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**7.3.8** A fiscalização não efetuará o ateste dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no **Recebimento Provisório**. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**7.3.9** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital e seus anexos, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.4** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**7.5 O objeto será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.5.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

**7.5.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;



**7.5.3** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.5.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.5.5** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.6** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.7** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.8** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **DA LIQUIDAÇÃO**

**7.9** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**7.9.1** O prazo de que trata o item anterior **poderá ser reduzido à metade**, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

**7.10** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.11** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**7.12** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**7.13** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;



b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**7.14** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.15** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.16** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.17.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **PRAZO DE PAGAMENTO**

**7.18** O pagamento será efetuado no prazo máximo **de até 30 (trinta) dias** do “Atesto” da Nota Fiscal pelo gestor do Contrato.

#### **FORMA DE PAGAMENTO**

**7.19** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.20** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.21** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.22** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.23** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII “h” da Lei n. 14.133/2021)**

**8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na



modalidade **PREGÃO** sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

**9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII “j” a Lei n. 14.133/2021)**

DOTAÇÃO	UNIDADE	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
481	13.22.02	1.201-Estruturação/Requalificação De Ubs- Unidade Básica De Saúde.	4.4.90.52.00.	1.500.1002.000000 ASPS
1158	13.22.02	2.051- Manutenção Da Secretaria Municipal De Saúde.	4.4.90.52.00	1.500.1002.000000 ASPS
1161	13.22.02	2.199-Promoção Da Assistência Farmacêutica BÁSICA.	4.4.90.52.00.	1.600.0000.000000 CUSTEIO

**10 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

O Responsável pela elaboração deste Termo de Referência é a servidora **ÊMILY VITÓRIA SOUSA ANDRADE** responsável pelo setor de compras de Araguaçu-TO.

**ANEXO II**  
**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº XXX/2025**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para o objeto da presente licitação **Pregão**, na Forma Eletrônica nº **XXX/2025** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE

CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

**PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)**

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

**CONDIÇÕES GERAIS**

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**PRAZO DE GARANTIA**

A garantia deverá ser da seguinte forma: Para todos os **itens** de no **mínimo 12 meses**, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

**LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

De acordo com o especificado no **Anexo 01**, do Edital.

**Obs.:** No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**Dados da empresa:**

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_



Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_;  
Endereço: \_\_\_\_\_; Fone: \_\_\_\_\_;  
CEP: \_\_\_\_\_; e  
Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_;  
Banco: \_\_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_. **Dados do responsável  
para assinatura do contrato:**

Nome: \_\_\_\_\_; RG nº: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_; CPF nº: \_\_\_\_\_;  
Cargo/Função ocupada: \_\_\_\_\_; Fone: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_; Email: \_\_\_\_\_

Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ (não inferior a 60 dias), contado da data da entrega da proposta.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)



**ANEXO III**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

**DECLARAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006 e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observados os dispostos nos §§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021

---

Local e data

---

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



**ANEXO IV**  
**PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025.**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_

e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da **Pregão nº \_\_\_/\_\_\_, Processo nº \_\_\_/2025**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das posturas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;



II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respeccivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.



**ANEXO V**  
**PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025.**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS E QUE A PROPOSTA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

(NOME DA EMPRESA)\_\_\_\_, (n.º do CNPJ), sediada \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_, **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão..... do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** , que a empresa..... está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



ANEXO VI  
PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL.**

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. XXX/2025 A empresa: \_\_\_\_\_ (razão social), devidamente inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, e para os fins de cumprimento do exigido no **Pregão Eletrônico nº. XXX/2025, DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal (COM RECONHECIMENTO DE FIRMA)

NOME: \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_

CARGO / FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

OBS: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, separadamente e antes dos envelopes de Proposta Comercial e de Habilitação, exigidos nesta licitação.



**ANEXO VII**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

**MODELO DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;  
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.

**ANEXO VIII**  
**PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ANEXO IX**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO**

A Empresa.....(nome da empresa licitante)..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, sob as penas da lei, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

- OBS.: 1 - A declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;  
2 - Abaixo da assinatura do representante legal, deverá ter carimbo do CNPJ.



**ANEXO X**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



**ANEXO XI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2025.**

**DECLARAÇÃO DE QUE INIDÔNIDADE**

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, sediada.

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025**, instaurada pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ANEXO XII**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA NOSSO CORPO SOCIAL, NEM NOSSO QUADRO FUNCIONAL EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

(Razão Social) \_\_\_\_\_

CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_

Sediada \_\_\_\_\_

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, instaurada pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data \_\_\_\_\_

Local \_\_\_\_\_

Nome do declarante \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

**ANEXO XIII**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025**  
**PROCESSO Nº XXX/2025**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAÇU-TO**, com sede nesta cidade na Rua Aldenor Lira Gomes, s/n, Centro de Araguaçu-TO, CEP: 77.475-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.254.356/0001-30, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. FRANCISCO RONNIVON ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, RG: 3.812.999 – DRPC-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 830.592.291-04, residente e domiciliado, na Rua 02, nº 01, Esquina com Rua 06, Quadra 09, Lote 01, Setor Canaã I, Araguaçu-TO, CEP:77.475-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **empresa**, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida (endereço completo) neste atodenominada CONTRATADA, representada por seu (cargo), Senhor (nome completo), Cédula de Identidade nº SSP/\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração/Contrato social/estatuto social, resolvem celebrar o presente Contrato, sujeitando-se às normas preconizadas na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, cada qual naquilo que couber, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E QUANTITATIVOS**

**1.1** O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS, COM VISTAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO**, conforme quantitativo e descrição detalhada do objeto constante no **Termo de referência, Anexo I** que é parte integrante do **Edital Pregão Eletrônico Nº \_\_\_\_/2025**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.1.** O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ conforme proposta apresentada pela Contratada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**3.1** A entrega dos materiais permanentes ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda formalizada pelas unidades vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu/TO, em conformidade com as especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, respeitando-se as necessidades operacionais e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**3.2** Após cada entrega, a equipe técnica responsável realizará a verificação da conformidade dos bens com os termos contratuais, podendo notificar a contratada para substituição, complementação

ou correção dos itens fornecidos, caso sejam identificadas inconformidades, avarias ou divergências em relação às especificações pactuadas.

**3.3** A contratada deverá realizar as entregas dos materiais no local designado pela Secretaria Municipal de Saúde, dentro dos prazos estipulados em cada requisição, assegurando a integridade física, a funcionalidade e a conformidade técnica dos bens fornecidos, bem como o atendimento a todas as condições estabelecidas no contrato.

**3.4** A contratada será responsável, às suas expensas, por todos os meios necessários à fiel execução do objeto, incluindo transporte, embalagem adequada, seguro durante o transporte, e quaisquer outros encargos logísticos, sem qualquer ônus adicional para o Município de Araguaçu/TO, garantindo o fornecimento eficiente, seguro e dentro dos padrões exigidos pela Administração.

### **3.5 DAS CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO DO SERVIÇO PRESTADO**

**3.5.1** Cada fornecimento de material permanente será avaliado quanto à sua conformidade técnica, integridade física, qualidade do item entregue, atendimento às especificações estabelecidas no Termo de Referência e cumprimento dos prazos acordados. A avaliação será realizada com base nas requisições emitidas, notas fiscais, laudos ou pareceres técnicos, relatórios de recebimento e demais documentos comprobatórios exigidos pela fiscalização contratual.

**3.5.2** O descumprimento das obrigações contratuais, incluindo a entrega de itens com defeitos, em desacordo com as especificações técnicas, fora do prazo ou em quantidade divergente da solicitada, poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 028/2023, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

### **CLÁUSULA QUARTA - DAS FORMA, PRAZOS OU CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO**

**4.1.** Considerar-se-á como executado e recebido definitivamente o objeto contratual após a verificação da conformidade dos serviços prestados com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência e no edital, realizada pelo servidor designado como fiscal do contrato.

**4.1.1.** Caso sejam identificadas irregularidades na execução dos serviços, constatadas durante o recebimento provisório, a contratada será formalmente notificada e deverá realizar as correções ou complementações necessárias no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, sem qualquer ônus para o Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu/TO.

**4.1.2.** A comunicação oficial do responsável técnico pela fiscalização dos serviços indicará de forma precisa as não conformidades apuradas, bem como o prazo para sua regularização. O **recebimento definitivo** somente será efetivado após a comprovação da devida execução dos serviços nos moldes exigidos contratualmente.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**5.1.** A despesa decorrente da presente licitação correrá por conta da funcional programática:



**ORGÃO: 13.22.00 – FMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**UNIDADE: 13.22.02 – FMS- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:** 1.201-Estruturação/Requalificação De Ubs- Unidade Básica De Saúde, 2.051- Manutenção Da Secretaria Municipal De Saúde e 2.199-Promoção Da Assistência Farmacêutica BÁSICA.

**ELEMENTOS DE DESPESA:** 4.4.90.52.00.

**FICHAS:** 481, 1158 e 1161 .

**FONTES:** 1.500.1002.000000 ASPS e 1.600.0000.000000 CUSTÉIO

#### **CLÁUSULA SEXTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**6.1.** Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicável ao contrato.

**6.2** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os serviços e prover os pagamentos dentro dos prazos convencionados.

**6.3.** Processar e liquidar a fatura correspondente aos valores, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

**6.4.** Acompanhar, controlar e avaliar a entrega do objeto, através da unidade responsável por esta atribuição.

**6.5.** Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**6.6 .** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**6.7 .** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**6.8 .** Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

**6.9** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**6.10.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**6.11** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.10** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**6.11** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**6.12** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



**6.13** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**6.14 O Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** terá o prazo de **10(dez) dias uteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**6.15.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias uteis**.

**6.16.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**6.17** .Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.18.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**6.19.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**6.20.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**6.21** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6.22** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, aplicáveis aos casos de subcontratação.

**7.1.2** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**7.2** Manter preposto aceito pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**7.2.2** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**7.3** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

**7.4** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os serviços demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



**7.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**7.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**7.7** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**7.8** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.9** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**7.10** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**7.11** Comunicar ao Fiscal do contrato, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**7.12** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **Contratante** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**7.13** Paralisar, por determinação do **Contratante**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**7.14** Promover a guarda, manutenção e vigilância dos bens materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.



- 7.15** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.16** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 7.17** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7.18** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 7.19** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);
- 7.20** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/2021);
- 7.21** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.22** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.23** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá ainda:
- 7.23.2** Atender prontamente às solicitações do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu- TO** na entrega do objeto e especificações deste Contrato, de acordo com a necessidade do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu- TO**, a partir da sua solicitação.
- 7.23.3** Substituir o objeto se ele não estiver dentro do padrão de qualidade, em bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações da nota de empenho.
- 7.23.4** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu- TO** ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente.
- 7.23.5** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu- TO**.
- 7.23.6** Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e anexos.
- 7.23.7** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- 7.23.8** Comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer defeito apresentado.
- 7.23.9** O objeto deverá ser entregue em perfeitas condições de uso.
- 7.23.10** Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

**8.1** O contrato terá vigência de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bens não contínuos.

**8.2** Nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, caso o objeto contratual – caracterizado por escopo predefinido – não seja integralmente executado dentro do prazo estipulado, a vigência do contrato será automaticamente prorrogada pelo tempo necessário à conclusão do fornecimento, excetuadas as hipóteses de inadimplemento imputável à contratada.

**8.3** Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da contratada:

I – será ela constituída em mora, ficando sujeita às sanções administrativas cabíveis;

II – a Administração poderá, motivadamente, optar pela extinção do contrato e adotar as providências legais para assegurar a continuidade do fornecimento.

## **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

### **9.1 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

**9.1.1** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Federal nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**9.1.2** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

**9.1.3** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

**9.1.4** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

**9.1.5** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

**9.1.6** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **9.2 FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

**9.2.1** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

**9.2.2** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

**9.2.3** **A servidora Sra. Marilene Araújo Bezerra – (FMS), será a Fiscal do contrato,** decreto 020/2025, responsável pelo recebimento definitivo do objeto.

### **9.3 GESTOR DO CONTRATO**

**9.3** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

**9.3.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**9.3.3** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

**9.3.4** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PREÇOS E REAJUSTES**

**10.1** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**10.2** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 1(um) ano, aplicando o índice equivalente, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



**10.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**10.4** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**10.5** A Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**10.6** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**10.7** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**10.8** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**10.9** O reajuste será realizado por aditivo ou apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1** A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal e fatura distintas dos serviços efetivamente entregues ao CONTRATANTE.

**11.2** O pagamento apenas será efetivado após verificação da regularidade fiscal, ou, se for o caso, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim.

**11.3** O pagamento será efetuado **até 30 dias**, a partir do "Atesto" da Nota Fiscal pelo gestor do Contrato, mediante depósito bancário em conta corrente da CONTRATADA.

**11.4** O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e Nota de Empenho e vinculado à contacorrente.

**11.5** O CONTRATANTE se reserva no direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da nota fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame e, ainda, se for constatado, que os serviços prestados não correspondem às especificações apresentadas na proposta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.3.1** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



**12.4** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.4.1** Esta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.4.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.4.3** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.5** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**12.5.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.5.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.5.3** Indenizações e multas.

**12.6** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**13.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**13.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”



e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 4.133/2021).

**d) Multa:**

I. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

II. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem **13.1** de 8% a 10% do valor do Contrato ou documento equivalente;

III. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem **13.1**, de 10% a 15% do valor do Contrato.

**13.3** Para infração descritas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem **13.1**, a multa será de 5% a 8% do valor do Contrato.

**13.4** A aplicação das sanções previstas no contrato ou outro instrumento equivalente não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.5** Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.6** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.7** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.8** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.9** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.10** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**13.11** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.12** O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

**13.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.14** Os débitos do contratado para com o **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu-TO** contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**13.15** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis eis, contado da data de sua intimação**.

**13.16** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**13.17.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.18** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES, AUMENTO E SUPRESSÕES**

**14.2** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.3** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.5** A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**14.7** A execução dos serviços extracontratuais só deverá ser iniciada pela **CONTRATADA** quando da expedição da respectiva autorização.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS TRIBUTOS

**15.1** . É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos sociais resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**16.1** O presente Contrato fundamenta-se:

**16.1.1** Nas Leis Federais nº 14.133/2021, e posteriores alterações;

**16.1.2** Nos preceitos de direito público;

**16.1.3** Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado;

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICAÇÃO

**17.1** O presente instrumento na íntegra será publicado, **no prazo de 20 (vinte) dias úteis**, no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO enquanto perdurar o prazo de que trata o inciso III art. 176 da lei nº 14.133/2021, na forma do que dispõe o inciso I do art. 94 da mesma lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**18.1.** Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissivo, pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

**19.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro **Araguaçu - TO**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS ASSINATURAS

**20.1.** E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

Araguaçu-TO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA



Governo Municipal de  
**ARAGUAÇU-TO**  
*A cidade da oportunidade*

Secretaria Municipal  
**DA SAÚDE**

**TESTEMUNHAS:**

---

---



ANEXO XIV-  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º .....  
PROCESSO N.º XXX/XXX  
PREGÃO ELETRÔNICO XXXX/XXX

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAÇU-TO**, com sede nesta cidade na Rua Aldenor Lira Gomes, s/n, Centro de Araguaçu-TO, CEP: 77.475-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.254.356/0001-30, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. FRANCISCO RONNIVON ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, RG: 3.812.999 – DRPC-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 830.592.291-04, residente e domiciliado, na Rua 02, nº 01, Esquina com Rua 06, Quadra 09, Lote 01, Setor Canaã I, Araguaçu-TO, CEP:77.475-000, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2025**, publicada no ..... de ...../...../2025, processo administrativo n.º ...../2025. **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às **normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS, COM VISTAS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÇU-TO, conforme especificações no Termo de Referência, Anexo I do Prgão Eletrônico N.º \_\_\_\_/2025.....**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
XX	XX	XX	XX	XX	XX
XX	XX	XX	XX	XX	XX

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

**3.1** O órgão gerenciador será a **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**.

#### **4.DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**4.1.2.** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**4.1.3.** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**4.2.1.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**4.3.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**4.4.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**4.5.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

**4.7.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**5.1.1.** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um 1(um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação em diário oficial do Município, como também será



publicado no site eletrônico oficial, admitida a publicação de extrato, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso

**5.1.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.3.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.4.** O instrumento contratual de que trata o item **5.1. 2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.1.5** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.6** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

**5.1.7** Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

**5.1.8** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

**5.1.9** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**5.1.10** O registro a que se refere o item **5.1.10** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**5.1.11** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**5.1.12** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item b) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

**5.1.13** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no portal do **BNC** e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.1.14** Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**5.1.15** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**.

**5.1.16** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**5.1.17** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação por motivo não justificado, fica facultado ao **Fundo Municipal de Saúde Araguaçu -TO**, convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**5.1.18** - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará ao **Fundo Municipal de Saúde Araguaçu -TO** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.2** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.3** Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



**6.4** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.2** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**7.3** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.4** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.5** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.6** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**7.7** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**7.8** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**7.9** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.10** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.11** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

**8.2** O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou*
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.*

**8.3** O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

**8.4** Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8.5** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.6** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**8.7** Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;*



*II - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Araguaçu -TO sem justificativa razoável;*

*III - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou*

*IV Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.*

**9.2** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**9.3** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**9.4** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**9.5** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - Por razão de interesse público;

II - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das sanções administrativas estabelecidas no item **19 do edital**.

**10.2** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.3** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

## **11. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

**11.1.** O fornecimento dos materiais permanentes deverá ocorrer conforme as requisições formais emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, no prazo estabelecido em cada solicitação, contado a



partir do recebimento da Autorização de Fornecimento e da respectiva Nota de Empenho no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

**11.2.** Após cada entrega, a equipe técnica designada procederá à verificação da conformidade dos materiais com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e nos demais documentos da contratação, podendo a contratada ser notificada para correção, complementação ou substituição dos itens, caso sejam detectadas inconformidades ou divergências.

**11.3.** Os materiais deverão ser entregues nos locais previamente designados pelo Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu/TO, sendo de responsabilidade da contratada observar rigorosamente os prazos, as condições técnicas e os padrões de qualidade estabelecidos no edital e seus anexos.

**11.4.** A contratada será responsável, às suas expensas, por todos os meios e recursos logísticos, operacionais e materiais necessários ao fornecimento, incluindo transporte, manuseio e entrega, garantindo a integridade, conformidade técnica e pontualidade, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

## **12. DAS CONDIÇÕES DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS**

**12.1.** Os materiais permanentes fornecidos serão avaliados quanto à conformidade com as obrigações contratuais, mediante verificação da qualidade dos itens entregues, análise da aderência às especificações constantes no Termo de Referência, cumprimento dos prazos estabelecidos nas requisições, e demais documentos que comprovem a execução regular e satisfatória do fornecimento contratado.

**12.2.** A fiscalização designada pelo Fundo Municipal de Saúde será responsável por acompanhar, inspecionar e validar a efetiva entrega dos materiais, sendo essa validação condição indispensável para o reconhecimento do fornecimento e consequente processamento do pagamento ou continuidade do atendimento das requisições.

## **13- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1.** Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicável ao contrato.

**13.2** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear os serviços e prover os pagamentos dentro dos prazos convencionados.

**13.3** Processar e liquidar a fatura correspondente aos valores, através de Ordem Bancária, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

**13.4** Acompanhar, controlar e avaliar a entrega do objeto, através da unidade responsável por esta atribuição.

**13.5** . Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**13.6.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**13.7** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



**13.8** Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

**13.9** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**13.10** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**13.11** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**13.12** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

**13.13** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**13.14** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**13.15** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**13.16** O **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** terá o prazo de **10(dez) dias uteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**13.17** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10(dez) dias uteis**

**13.18** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**13.19** .Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.20** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

**13.21** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

**13.22** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

**13.23** Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**13.24** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.



#### **14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1** A CONTRATADA será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, aplicáveis aos casos de subcontratação.

**14.2** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**14.3** Manter preposto aceito pelo **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

**14.4** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**14.5** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

**14.6** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os serviços demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**14.7** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**14.8** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a Prefeitura Municipal de Araguaçu -TO ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**14.9** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**14.10** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**14.11** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



**14.12** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**14.13** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**14.14** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**14.15** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**14.16** Promover a guarda, manutenção e vigilância dos bens materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**14.17** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**14.18** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**14.19** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**14.20** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**14.21** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116 da Lei 14.133/2021](#));

**14.22** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único da Lei 14.133/2021](#));

**14.23** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**14.24** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**14.25** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá ainda:

**14.25.1** Atender prontamente às solicitações do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** a na entrega do objeto e especificações deste Contrato, de acordo com suas necessidades.

**14.25.2** Substituir o objeto se ele não estiver dentro do padrão de qualidade, em bom estado



de conservação, que apresentem defeitos ou não esteja em conformidade com as especificações da nota de empenho.

**14.25.3** Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados ao **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente.

**14.25.4** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO**.

**14.25.5** Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e anexos.

**14.25.6** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE.

**14.25.7** Comunicar imediatamente o CONTRATANTE sobre qualquer defeito apresentado.

## 15 CONDIÇÕES GERAIS

**15.1** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações do **Fundo Municipal de Saúde de Araguaçu -TO** e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência.

**15.2** A presente Ata de Registro de Preços será publicada e ficará disponível no Diário Oficial do Município, bem como no portal da transparência do **Município de Araguaçu – TO**, no endereço eletrônico

<https://transparencia.araguacu.to.gov.br/transparencia/gestao/licitacoes>

## 16. DO FORO

**16.1** As partes de comum e recíproco acordo, elegem o foro da comarca de **Araguaçu-TO**, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda desta ata.

**16.2** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:



Item	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quant.m áxima	Quant. Mínim a	Valor Un	Prazo garant ia ou valida de

Segundo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> )							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade